

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ - UNIDAVI**

VINÍCIUS HASSEL

MACROECONOMIA DURANTE A CRISE DO COVID-19

**RIO DO SUL
2020**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ - UNIDAVI**

VINÍCIUS HASKEL

MACROECONOMIA DURANTE A CRISE DO COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao curso de Ciências Econômicas, da Área das Ciências Socialmente Aplicáveis, do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, como condição parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Prof. Orientador: Daniel Rodrigo Strelow

**RIO DO SUL
2020**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ - UNIDAVI**

VINÍCIUS HASKEL

MACROECONOMIA DURANTE A CRISE DO COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao curso de Ciências Econômicas, da Área das Ciências Socialmente Aplicáveis, do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí-UNIDAVI, a ser apreciado pela Banca Examinadora, formada por:

Professor Orientador: M.e Daniel Rodrigo Strelow

Banca Examinadora:

Prof^ª. M.^a Anielle Gonçalves de Oliveira

Prof^ª. M.^a Márcia Fuchter

Rio do Sul, 30 de novembro de 2020.

“Não podemos prever o futuro, mas podemos criá-lo.” (Peter Drucker)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, que me apoiou durante todo o processo acadêmico e aos amigos e colegas que ganhei durante o curso e participaram de toda a jornada até aqui.

Agradeço também ao meu orientador pela sua paciência, auxílio e orientação durante a produção do trabalho.

E por fim, agradeço a todas as pessoas que participaram, direta ou indiretamente da realização do presente trabalho.

RESUMO

O estudo da macroeconomia tem como objetivo analisar o panorama da economia em busca de relações equivalentes para manter a estabilidade da economia ou seu crescimento saudável. A presente pesquisa visa analisar e explicar o cenário macroeconômico durante o período de início da pandemia do COVID-19 juntamente as medidas tomadas para minimizar os danos causados principalmente pelas medidas de isolamento social que obrigaram a paralização de setores da economia. O objetivo do trabalho é confirmar se as medidas tomadas estão sendo efetivas no curto prazo. A metodologia se caracteriza como uma pesquisa básica e descritiva com o objetivo de descrever os resultados das políticas exercidas, com uma abordagem qualitativa com base documental, analisando os dados do cenário. Ao longo do desenvolvimento são apontadas algumas das principais políticas exercidas no período e seus objetivos, logo após é feito um levantamento do panorama macroeconômico selecionando indicadores como o Produto Interno Bruto, inflação, câmbio e dívida pública, dentro do período de 2020 comparado aos mesmos dados dentro do panorama de 2019 e por último são resumidos os efeitos das políticas nos agregados. A pesquisa resultou na conclusão de que as políticas tiveram efeitos positivos e seus objetivos foram alcançados na retomada das atividades após as paralizações.

Palavras-Chave: macroeconomia, políticas econômicas, pandemia, crise.

ABSTRACT

The study of macroeconomics aims to analyze the panorama of the economy in search of equivalent reactions to maintain the stability of the economy or its healthy growth. This article aims to analyze and explain the macroeconomic scenario during the beginning of the COVID-19 pandemic together with the measures taken to minimize the damage caused mainly by the social isolation measures that forced the paralysis of sectors of the economy. The objective of the work is to confirm if the measures taken are being effective in the short term. The methodology is characterized as a basic and descriptive research with the objective of describing the results of the policies exercised, with a qualitative approach based on documents, analyzing the scenario data. Throughout the development, some of the main policies exercised in the period and their objectives are pointed out, after which a survey of the macroeconomic panorama is made, selecting indicators such as Gross Domestic Product, inflation, exchange rate and public debt, within the period of 2020 compared to the same data. within the 2019 panorama and lastly the effects of policies on aggregates are summarized. The research resulted in the conclusion that the policies had positive effects and their objectives were achieved in resuming activities after the stoppages.

Keywords: macroeconomics, economic policies, pandemic, crisis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Fluxo Circular da Renda	18
Figura 2- Evolução de casos confirmados de COVID-19 no Brasil.	26
Figura 3- Impacto das Políticas Fiscais no Resultado Primário de 2020	31
Figura 4- Medidas de Liberação de Liquidez.	34
Figura 5- Medidas de Liberação de capital.	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Projeções de retração do PIB brasileiro – 2020.	28
Tabela 2 - PIB nominal e comparação mensal.	37
Tabela 3 - PIB pela ótica da oferta em valores correntes.	39
Tabela 4 - Subsetores do setor industrial.	42
Tabela 5 - Subsetores do setor de serviços.	43
Tabela 6 - PIB pela ótica da demanda em valores correntes.	45
Tabela 7 - Índice de inflação mensal de 2019 a 2020.	48
Tabela 8 - Variação mensal e acumulados da inflação por grupos de 2019 e 2020.	49
Tabela 9 - Taxa de câmbio mensal.	40
Tabela 10 - Valor mensal da dívida pública e relação ao PIB.	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução Da Taxa Selic (2020).	33
Gráfico 2 - Representatividade dos setores que compõem o PIB na ótica da oferta no primeiro trimestre de 2020.	40
Gráfico 3 - Representatividade dos setores que compõem o PIB na ótica da oferta no segundo trimestre de 2020.	40
Gráfico 4 - Representatividade dos setores que compõem o PIB na ótica da oferta no primeiro trimestre de 2019.	41
Gráfico 5 - Representatividade dos setores que compõem o PIB na ótica da oferta no segundo trimestre de 2019.	41

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Geral	13
1.2.2 Específicos	13
1.3 JUSTIFICATIVA	14
2 REFERENCIAL TEORICO	15
2.1 MACROECONOMIA	15
2.1.1 MERCADOS	16
2.1.2 CONTAS NACIONAIS E AGREGADOS MACROECONÔMICOS	17
2.2 KEYNESIANISMO	21
2.3 ENFRENTANDO A CRISES: USO DAS POLÍTICAS MACROECONOMICAS	23
2.4 CRISE DO CORONAVÍRUS	26
3 METODOLOGIA	29
4. ANÁLISE DO PERIODO DE MARÇO A OUTUBRO DE 2020 E SUA RELAÇÃO COM A CRISE	30
4.1 AS POLÍTICAS ECONOMICAS IMPLEMENTADAS DURANTE A CRISE DO CORONAVIRUS	30
4.1.1 POLÍTICAS FISCAIS	30
4.1.2 POLÍTICAS MONETÁRIAS	33
4.1.3 POLÍTICAS CÂMBIAIS	35
4.2 PANORAMA MACROECONÔMICO	36
4.2.1 PRODUTO INTERNO BRUTO	37
4.2.1.1 UM OLHAR PARA O PIB SOB A ÓTICA DA OFERTA	38
4.2.1.2 ÓTICA DA DEMANDA	44
4.2.2 INFLAÇÃO	47

4.2.3 CÂMBIO	50
4.2.4 DÍVIDA PÚBLICA	52
4.3 RESUMO DAS INFLUÊNCIAS DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS NOS AGREGADOS	53
5 CONCLUSÃO	55
REFERENCIAS	57

1. INTRODUÇÃO

Um evento inesperado que se iniciou quietamente tomou proporções imensuráveis e assolou os países. A economia mundial foi afetada, ocasionando uma das maiores crises já ocorridas na história.

A pandemia do COVID-19 levou a medidas de isolamento social que impediram grande parte da economia de funcionar como habitual. Boa parte das empresas, da indústria e de todos os setores da economia foram obrigados a interromper suas atividades restando apenas serviços essenciais em funcionamento. Este cenário gerou alguns desequilíbrios macroeconômicos, como altas taxas de desemprego, falências, entre outros diversos prejuízos.

Com isso, medidas de intervenção macroeconômicas foram tomadas para minimizar tais impactos. Dentre as medidas que serão analisadas ao longo do trabalho, podem ser observadas políticas fiscais, monetárias e cambiais, como por exemplo o auxílio emergencial liberado durante o período, os gastos com saúde e a queda histórica na taxa Selic.

Estas medidas macroeconômicas tendem a ser complexas e devem ser friamente calculadas, para que, em um momento posterior, não venham a piorar a situação já tão danificada. Neste sentido, o objetivo principal deste trabalho é analisar a eficácia dessas medidas, a fim de concluir se realmente estão sendo satisfatórias ou deveriam ser administradas de forma diferente.

No trabalho procura-se comparar o panorama macroeconômico brasileiro antes e durante a crise do coronavírus; descrever a função das políticas macroeconômicas utilizadas neste período; e investigar as influências iniciais das políticas utilizadas nos agregados macroeconômicos previamente selecionados.

O trabalho se divide em: introdução, referencial teórico, metodologia, análise das políticas implementadas durante o período, análise do panorama macroeconômico de 2020 comparado ao panorama de 2019, análise das influências das políticas macroeconômicas nos agregados e por fim as Considerações Finais e Referências Bibliográficas.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante da “explosão” que foi a pandemia do coronavírus, muitas pessoas e nações foram pegas de surpresa, e com isso, decisões governamentais tiveram que ser tomadas de forma imediata tanto para conter o vírus quanto em relação à instabilidade causada na economia, pois as principais decisões de segurança para evitar a propagação envolviam a paralisação de 100%

de toda atividade não essencial, como escolas, comércios, transportes, etc. Regredindo assim toda a produção e afins, causando um recuo na economia e afetando tanto empresas quanto famílias.

Um dos exemplos de medidas tomadas foi o auxílio emergencial, que veio para beneficiar principalmente o trabalhador autônomo. O problema em questão é como essas medidas afetaram a economia no curto prazo. Neste sentido, a grande questão desta pesquisa é: as políticas econômicas implementadas pelo governo brasileiro vêm tendo um efeito, no curto prazo, na contenção dos principais problemas econômicos gerados pela crise do coronavírus? Especificamente, algumas questões auxiliares ganham relevância:

- Qual o cenário macroeconômico anterior e posterior à crise do coronavírus?
- Quais os objetivos das políticas econômicas implementadas pelo governo brasileiro durante a pandemia do coronavírus?
- As políticas macroeconômicas implementadas pelo governo brasileiro tiveram algum efeito, no curto prazo, para contenção dos problemas advindos com a crise?

O presente trabalho busca responder essas questões analisando as políticas implementadas e sua influência no panorama dos agregados macroeconômicos, assim como buscar fundamentação teórica para quais as influencias podem ocorrer nos cenários futuros.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar os efeitos das políticas macroeconômicas utilizadas pelo governo brasileiro durante a crise do coronavírus, especificamente, entre março e outubro de 2020.

1.2.2 Específicos

Com base nas perguntas norteadoras, os objetivos específicos desta pesquisa são:

- Comparar o panorama macroeconômico brasileiro antes e durante a crise do coronavírus levando em consideração o PIB (pela ótica da oferta e da demanda), câmbio, a inflação e a dívida pública;
- Descrever a função das políticas macroeconômicas utilizadas neste período;

- Investigar as influências das políticas utilizadas nos agregados macroeconômicos previamente selecionados.

1.3 JUSTIFICATIVA

Devido à complexidade em tomar decisões que envolvem situações macroeconômicas esse estudo busca a eficácia das medidas macroeconômicas utilizadas pelo governo brasileiro no curto prazo. E assim a pesquisa se justifica através da análise das tomadas de decisões do governo em busca da visibilidade de um melhor cenário na economia.

O entendimento do panorama macroeconômico e suas interações e variações é fundamental para se ter uma noção aprofundada da situação econômica do país. Assim, a relevância desse estudo se encontra na percepção da situação econômica do país assim como a capacidade e maturidade política de lidar com a situação vivida atualmente.

O trabalho também busca agregar conhecimento sobre o estudo da macroeconomia e seu funcionamento de forma prática, assim como as ferramentas utilizadas no seu manejo. Esta pesquisa se baseia em um comparativo de temas como o panorama no período da crise comparado ao panorama do ano anterior, apontando indicadores como o Produto Interno Bruto, analisado também a partir das óticas da oferta e da demanda, a inflação, o câmbio e a dívida pública, as políticas implementadas no período e as influencias que essas políticas causam nos agregados, para melhor entendimento da situação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Antes de dar início as análises, serão abordados neste capítulo alguns conceitos necessários para o melhor entendimento do conteúdo em questão, dentre eles: o conceito de macroeconomia, políticas econômicas e alguns tópicos relacionados as crises econômicas.

2.1 MACROECONOMIA

O conceito de macroeconomia tomou importância e vem sendo estudado há praticamente um século. O estopim para que este campo de estudo das Ciências Econômicas ganhasse mais evidência foi a crise de 1929 da bolsa de valores americana, que assolou toda a economia daquele país e do mundo. Desde então, um dos maiores objetivos de sua prática é evitar crises, bem como, permitir reduzir os danos econômicos causados por elas, tanto no curto quanto no longo prazo.

Segundo Nogami (2016), a macroeconomia, diferente a sua semelhante, a microeconomia, busca analisar as atividades econômicas dentro de uma sociedade de forma mais ampla. Ou seja, os fatores estudados dentro da microeconomia, porém de forma agregada, com todas as unidades de produção ou agentes econômicos, assim como os fatores determinantes que modificam o equilíbrio interno e externo de variáveis como renda, produto, consumo, poupança, investimento, gastos do governo, importação e exportação, nível geral de preços e salários, nível de emprego e juros, podendo ser analisados isoladamente ou em suas relações umas com as outras. Resumindo, a macroeconomia explica o comportamento da economia se baseando nas variáveis agregadas.

A teoria macroeconômica, através da análise das relações entre os diversos agregados, busca explicações sobre os seus comportamentos, bem como a causa das variações observadas. Ao mesmo tempo, preocupa-se em prever o que ocorrerá e as consequências de mudanças nas condições econômicas em curto e longo prazos (NOGAMI, 2016, p. 360).

Os macroeconomistas mantêm seu foco no comportamento e nas políticas econômicas que afetam o consumo e o investimento, no dólar e na balança comercial, nos fatores determinantes das variações nos salários e nos preços, nas políticas monetárias e fiscais, no estoque de moeda, no orçamento federal, nas taxas de juros e na dívida interna (DORNBUSCH, 2013).

Para Dornbusch (2013), para compreender melhor a macroeconomia deve-se levar a questão como ela pode ter um melhor funcionamento. Assim como ter como base uma pergunta fundamental: o governo deve intervir na economia para melhorar o seu desempenho? Foi assim que os grandes macroeconomistas como John Maynard Keynes começaram a cogitar sobre o estudo da aplicação dos estudos macroeconômicos sobre as políticas econômicas.

Segundo Reis (2018), “A macroeconomia pode ser definida como um ramo do campo da economia que estuda como os fatores que circundam essa conjuntura agregada se comportam. ”

Simonsen e Cysne (2009) conceituam:

Em economia há três maneiras de olhar os fatos. A primeira tenta ao mesmo tempo enxergar a floresta e cada uma de suas árvores. Esse é o método do equilíbrio geral, introduzido em análise econômica por Walras. A segunda se fixa numas poucas árvores e se esquece da floresta. Tal é o método do equilíbrio parcial, desenvolvido por Marshall. A terceira ótica procura enxergar a floresta sem se preocupar com as árvores. Esse é o método macroeconômico.

A partir do estudo da macroeconomia, as nações podem criar metas de planejamento, estipulando objetivos como onde quer chegar e como chegar, tentando proporcionar ao máximo uma economia saudável, controlando tanto indiretamente quanto diretamente um conjunto de investimentos, decisões e ferramentas utilizadas para proteger o poder de compra da moeda, a renda dos cidadãos, o emprego e mantendo o nível de preços estável em produtos básicos para a sobrevivência. Assim cria-se a necessidade de uma estrutura macroeconômica de atuação para melhor analisar os agentes e suas interações, essa estrutura é dividida em 5 mercados que serão abordados na seção a seguir.

2.1.1 MERCADOS

Segundo Vasconcellos (2011), a estrutura básica da análise macroeconômica pode ser dividida em 5 mercados, sendo dois deles considerados a parte “real” da economia e os outros três considerados a parte “monetária” da economia. A parte “real” é composta pelo mercado de bens e serviços e pelo mercado de trabalho, já a parte “monetária” é composta pelo mercado monetário, mercado de títulos e mercado de divisas (moeda estrangeira).

Para Herbelha (2012) o mercado de bens e serviços tenta responder como se comporta o nível de atividades através da análise de todos os bens produzidos pela economia durante um determinado período de tempo determinando o chamado produto nacional. O preço desses

produtos que representa uma média de todos os preços produzidos é o chamado nível geral de preços.

Já sobre o mercado de trabalho Herbelha (2012) afirma que de maneira similar ao item anterior, o mercado de trabalho representa uma agregação de todos os tipos de mão de obra existentes na economia. Neste mercado, determinamos como se estabelece a taxa salarial e o nível de emprego.

Segundo Vasconcellos (2011) o mercado monetário baseia-se na ideia que todas as transações que são feitas na economia são feitas utilizando a moeda, criando uma demanda por moeda causada pela necessidade de liquidez e uma oferta de moeda, que é determinada pelas autoridades monetárias e pela atuação dos bancos comerciais. Juntas, a demanda e a oferta de moeda determinam a taxa de juros.

Sobre o mercado de títulos, Vasconcellos (2011) explica que serve para analisar o papel dos agentes econômicos superavitários e deficitários, além de sua interação. Onde os superavitários (que possuem nível de gastos inferior ao volume de renda), com sua sobra de renda tendem a efetuar empréstimos para os deficitários (que possuem nível de gastos superior ao volume de renda).

Segundo Herbelha (2012) o mercado de divisas é também conhecido como mercado de moeda estrangeira, onde a oferta de divisas depende das exportações e da entrada de capital estrangeiro, e a demanda de divisas é determinada pelo volume de importações e saídas de capital financeiro. Essa variação é o que determina a taxa de câmbio e o preço da divisa em termos da moeda nacional.

2.1.2 CONTAS NACIONAIS E AGREGADOS MACROECONÔMICOS

Segundo Vasconcellos (2011) a contabilidade social é definida como a parte relativa a medição dos agregados econômicos nacionais, sendo o registro contábil da atividade produtiva de um país ao longo de um relativo período de tempo. Seu objetivo é a evolução desses agregados.

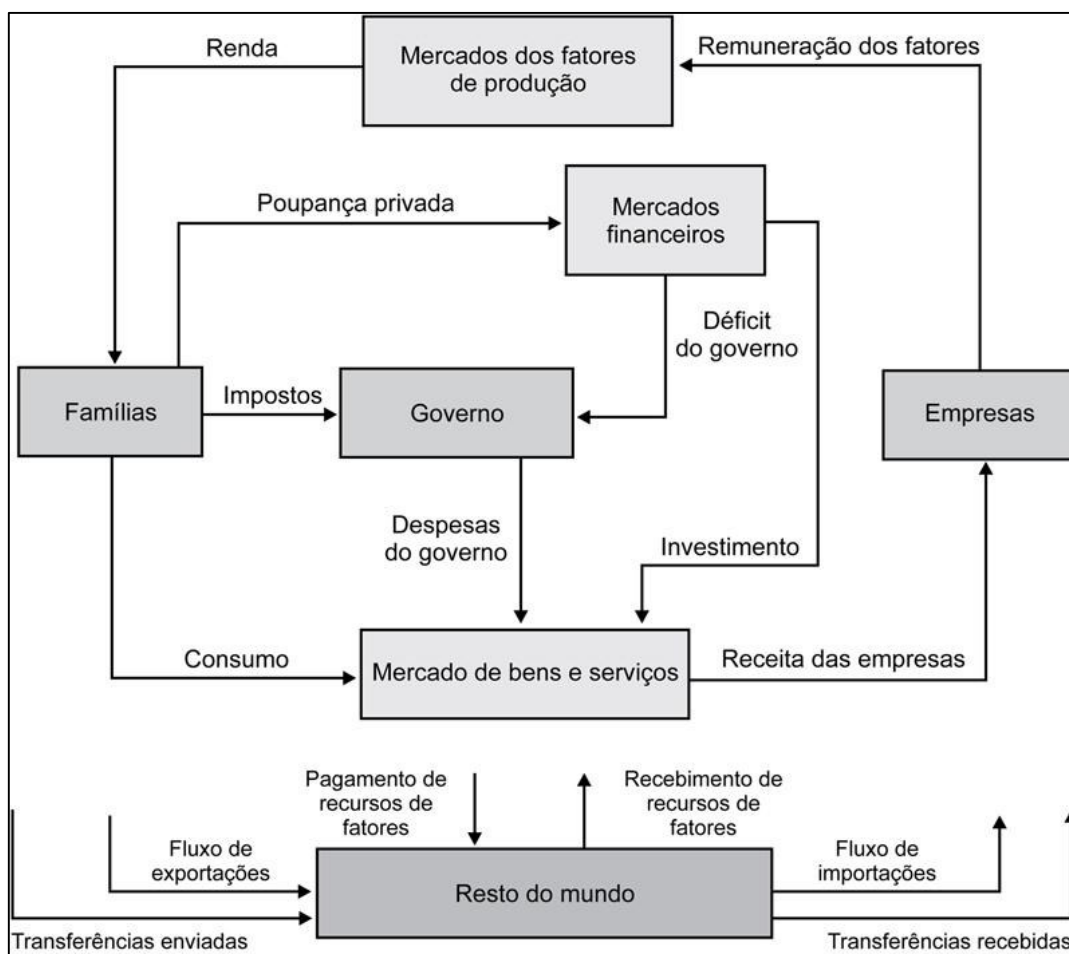
A contabilidade social procura definir e medir os principais agregados a partir de valores já realizados ou efetivados (ou ex post, a posteriori, após ocorridos). Já a Macroeconomia antecipa ou prevê o que pode ocorrer e trabalha com valores teóricos, previstos, planejados (ou ex ante, a priori, antes de ocorrerem). Assim, quando falamos, por exemplo, em poupança agregada na contabilidade social, referimo-nos à poupança realizada (ex post); na teoria macroeconômica é poupança planejada ou desejada (ex ante). (VASCONCELLOS, 2011, p. 140)

Segundo Além (2018) a importância do cálculo dos agregados econômicos nas contas nacionais reside na noção (em determinado período de tempo) de alguns fatores, entre eles:

- Como volume de produção na economia;
- Quanto o total produzido em determinado país gera em termos de renda para os diferentes agentes econômicos;
- Quanto se gasta em consumo e investimento na economia;
- Qual o peso do setor governo na economia;
- Se a taxa de investimento no país é comparável às observadas em países de nível de renda semelhantes.

Para melhor entendimento do funcionamento do sistema econômico e as interações entre seus diferentes agentes onde se refletem os fluxos de bens e serviços, podemos observar a figura seguinte que demonstra o fluxo circular da renda e exemplifica as principais transações econômicas:

Figura 1 - Fluxo circular da renda.



FONTE: ALÉM, Ana Cláudia (2018, p. 1)

Como pode-se observar na figura, para produzir, as empresas contratam fatores de produção, que por seguinte são remunerados com parte da receita obtida pela empresa. Dessa remuneração as famílias acabam por gastar parte em impostos ao governo, outra parte com consumo de bens e serviços, e por último poupam mediante aplicação no mercado financeiro. O governo, com sua arrecadação em tributos efetua gastos e produz os bens públicos e semipúblicos oferecidos à sociedade. E quando as despesas superam as receitas, o governo se beneficia colocando títulos nos mercados financeiros.

Segundo Froyen (2009) existem duas medidas amplas utilizadas para a produção geral, sendo elas o produto interno bruto (PIB) e o produto nacional bruto (PNB), ambas tendo diferença em seu tratamento em relação às transações nacionais. O PIB inclui em seus cálculos todas as rendas produzidas dentro de seu território, sendo a empresa nacional ou estrangeira, já o PNB inclui em seus cálculos toda a renda produzida por empresas nacionais, sejam elas estabelecidas dentro ou fora de seu território nacional.

Segundo Vasconcellos (2011) o PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país dentro de um período de tempo, valorizados a preço de mercado e sem levar em consideração se os fatores de produção são de propriedade de residentes ou não residentes do país.

Reis (2017) explica que o PIB pode também ser calculado de três formas alternativas e mais específicas. São elas o PIB pela ótica da oferta, o PIB pela ótica da renda e o PIB pela ótica da demanda. Na ótica da oferta é contabilizado o valor de cada empresa de determinado local da economia gerando um valor adicionado chamado de valor adicionado bruto (VAB) que representa a diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário, esse valor é computado como PIB na ótica da oferta. Na ótica da demanda são contabilizados o consumo das famílias, o investimento realizado pelas empresas onde inclui-se a formação bruta de capital fixo (FBKF) e a variação de estoques (VE), os gastos do governo e o saldo da balança comercial (formado pelo total de exportações subtraído o total de importações). E por último, na ótica da renda é contabilizado o somatório de todas as rendas auferidas pelos agentes, sendo as rendas contabilizadas os salários das famílias, os juros dos capitais de empréstimo, os lucros dos processos produtivos e os alugueis das instalações físicas.

Outro importante agregado macroeconômico são os índices de inflação, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a inflação é o aumento generalizado e contínuo dos preços dos bens e serviços em um período de tempo. É calculada pelos índices de preços comumente chamados de índices de inflação.

O principal índice de inflação é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) que é calculado através de um levantamento mensal, em 13 áreas urbanas do país, de aproximadamente 430 mil preços em 30 mil locais, comparando-os com os preços do mês anterior, tendo como resultado a variação geral dos preços ao consumidor no período. O cálculo tem como base a Pesquisa Orçamentaria das Famílias (POF), que avalia a estrutura do consumo, dos gastos, dos rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias (IBGE). O resultado é composto em nove grupos com pesos percentuais variados, sendo eles:

- Alimentação e bebidas;
- Habitação;
- Artigos de residência;
- Vestuário;
- Transportes;
- Saúde e cuidados pessoais;
- Despesas pessoais;
- Educação;
- Comunicação.

Já a dívida pública, segundo Almeida (2020) ocorre quando o governo sofre um déficit orçamentário, não conseguindo arrecadar verba suficiente para quitar suas despesas e sendo obrigado a captar recursos para financiar suas despesas e pagar o que deve criando assim a dívida pública.

Dentro do âmbito da dívida pública temos o resultado primário que mostra o resultado entre receitas e despesas anuais. É um indicativo da capacidade dos governos em gerar receitas capazes de pagar todas as contas anuais. É dado pela subtração entre as receitas primárias, que são aquelas que não implicam na diminuição dos ativos do governo ou no aumento de sua dívida, e as despesas primárias, que são os gastos anuais que possibilitam a oferta dos serviços públicos. Temos também o resultado nominal que corresponde ao resultado primário acrescido dos juros a serem pagos das dívidas contraídas em anos anteriores (GIAMBIAGI, 2001).

Podemos conceituar também a dívida bruta, que corresponde a dívida pública total, sem descontar os ativos do governo (recursos que tem a receber) e a dívida líquida que corresponde a dívida bruta descontada dos ativos que os governos têm a receber (GIAMBIAGI, 2001).

Um fator importante dentro do assunto da dívida pública é a regra de ouro, que é um princípio das finanças públicas cujo objetivo é limitar o endividamento público ao montante das despesas de capital (isto é, os investimentos, inversões financeiras e amortizações da

dívida). Para cada exercício financeiro o ente federativo não pode realizar operações de crédito (tomar empréstimo) com valores superiores aos da despesa de capital. Está prevista na constituição e tem como objetivo impedir que o governo aumente sua dívida para pagar despesas correntes (GIAMBIAGI, 2001).

Segundo Nogami (2016) a taxa de câmbio é definida como um preço comparativo entre a moeda de um país e outra estrangeira, ou seja, o preço de uma moeda em termos de outra. Geralmente é usada uma moeda internacional como base, no caso do real brasileiro é utilizado o dólar norte americano. E como se tratando de um preço, pode ser influenciada pela oferta e demanda, nesse caso, de divisas, que por seguinte são influenciadas pelo volume de exportações e importações e pela entrada e saída de capital externo.

2.2 KEYNESIANISMO

Para o decorrer da seguinte pesquisa é praticamente impossível não citar o nome Keynes, que teve importante participação no restabelecimento da economia, principalmente a estadunidense, após a crise de 1929, até então, uma das maiores da história (1929) e que durou toda a década de 1930 culminando na Segunda Guerra Mundial.

Para Nogami (2016) as propostas de Keynes chegaram para refutar a visão dos economistas clássicos, contrariando além da ideia de que o mercado se autorregulava, como na obra “a riqueza das nações” de Adam Smith (princípio da mão invisível e de que a economia estaria em equilíbrio apenas com o pleno emprego são exemplos). Keynes defendia que a economia podia sim atingir o equilíbrio mesmo com significativos níveis de desemprego de trabalhadores e de outros fatores de produção. Para Keynes, as economias capitalistas só conseguiriam caminhar rumo ao pleno emprego com estratégias de intervenção do governo dentro da economia, pois entendia que as crises faziam parte do próprio modo de produção capitalista

Ainda segundo Nogami (2016), Keynes defendeu a demanda agregada (incluindo a demanda interna dos consumidores, das firmas e do governo, e a demanda externa) como o principal fator de influência nos níveis de produto e de emprego. Isso se daria, em parte, por influenciar nas expectativas dos empresários, quanto ao retorno do investimento de seu capital na economia.

O mesmo autor explica que Keynes tentou também mostrar que os preços e salários não são perfeitamente flexíveis a ponto de garantir o pleno emprego e apontou os sindicatos como causadores de desemprego involuntário pelo seu poder de manter os salários rígidos,

impossibilitando os trabalhadores dispostos a trabalhar de encontrar emprego. Esses fatores seriam os que puxariam a economia para baixo do pleno emprego.

Para Keynes, se a crise é de insuficiência de demanda, e se não existem forças que promovam automaticamente o pleno emprego, torna-se necessária a intervenção do Estado por meio das políticas de gastos públicos, fiscal e monetária, o que significa o fim do não intervencionismo na economia da era clássica. O argumento de que o governo pode implantar políticas de estabilização para prevenir ou atacar recessões econômicas foi tão aceito, que o conjunto de suas ideias foi, como já dissemos, batizado de “revolução keynesiana”. (NOGAMI, 2016, p. 362)

Segundo Vasconcellos (2011), Keynes desenvolveu um de seus principais conceitos explicando o multiplicador de gastos ou despesas, onde mostra que se uma economia estiver com recursos desempregados, um aumento na demanda agregada provocará um aumento da renda nacional mais que proporcional ao aumento da demanda. Isso decorre do fato que, numa economia em desemprego, abaixo de seu produto potencial, qualquer injeção de despesas, por via de gastos com consumo, investimento, exportações ou principalmente por despesas do governo, provoca um efeito multiplicador nos vários setores da economia. O aumento da renda de um setor fará com que os indivíduos que constituem esse setor gastem com outros setores, onde os indivíduos desses outros setores farão o mesmo com setores seguintes e assim continuamente.

Para Reis (2018), o idealismo keynesiano se baseou na necessidade de criar uma demanda artificial durante o período de recessão dos anos 1930, para assim quebrar o ciclo vicioso que envolvia redução de salários e desemprego. Segundo o autor as principais bases da teoria keynesiana se resumiam a:

- Maior atenção a demanda em relação a oferta;
- Ação anticíclica do Estado para vencer crises;
- Criação do mecanismo de bem-estar social.

Para Sousa (2020), as propostas keynesianas vieram para revisar as teorias liberais criadas e defendidas pelos economistas clássicos:

Segundo o pensamento keynesiano, a premissa fundamental para compreender uma economia encontrava-se na simples observação dos níveis de consumo e investimento do governo, das empresas e dos próprios consumidores. Partindo desse princípio, a doutrina keynesiana aponta que no momento em que as empresas tendem a investir menos, inicia-se todo um processo de retração econômica que abre portas para o estabelecimento de uma crise.

Ainda segundo Sousa (2020), no modelo keynesiano o Estado tinha o papel de evitar e conter eventuais desequilíbrios na economia e entre as medidas tomadas pelo governo poderiam estar ações como aplicar grandes remessas de capital na realização de investimentos que aquecessem a economia de modo geral, assim como, conceder linhas de crédito de baixo custo para garantir que os investimentos no setor privado aumentassem.

Com tais medidas, a taxa de desemprego deveria diminuir drasticamente assim como garantiria que todo o mercado fornecesse sustentação real a toda aplicação de recursos. O modelo viria para sobrepor o idealismo clássico da autorregulação (não intervenção do estado na economia).

É neste sentido que o uso de políticas macroeconômicas de intervenção ganha relevância, como forma de estabilizar os principais agregados macroeconômicos e permitir que a economia supere os efeitos das crises.

Todo esse processo se montou, contrariando boa parte dos autores da época, a partir da insuficiência da economia de se manter por si só, e das incertezas quanto ao caminhar econômico, criando as chamadas crises cíclicas, e por seguinte, a necessidade de atitudes para conter seus efeitos, na seção a seguir serão abordados esses dois fenômenos.

2.3 ENFRENTANDO AS CRISES: USO DE POLÍTICAS MACROECONÔMICAS

Esta seção procura explicar melhor e contextualizar o cenário durante as crises econômicas e demonstrar como os agentes econômicos reagem a essas situações assim como as medidas realizadas.

Segundo Carvalho (2018, p.1)

Durante uma crise econômica há declínio da atividade econômica. A demanda por consumo diminui, o que leva à diminuição da taxa de lucro das empresas. Como as empresas passam a lucrar menos, muitas delas acabam demitindo funcionários e isso leva ao aumento de taxas de desemprego. Com mais pessoas desempregadas, a renda diminui, o que leva a um menor consumo das famílias, ou seja, menor demanda. Como podemos ver, esse ciclo tende a se reproduzir e se intensificar. Para frear o ciclo, é necessário adotar políticas econômicas de estímulo à economia e o sucesso – ou não – dessas medidas, vai determinar a intensidade e duração dessas crises.

Ainda de acordo com Carvalho (2018) existem dois tipos de crise, sendo elas:

- Recessão: fases nas quais existem retração da atividade econômica, queda na taxa de emprego, diminuição da produção, diminuição nas taxas de lucro e nas taxas de

investimento, porém é relativamente mais curta, considera-se recessão quando a economia apresenta queda no PIB de dois trimestres consecutivos.

- Depressão: é a evolução da recessão, forte retração na atividade econômica, falências, altas taxas de desemprego, e altas quedas de produção e investimento. É mais duradoura que a primeira, considera-se depressão uma recessão que ultrapassa 3 ou 4 anos de duração, ou então uma queda drástica no PIB.

Para Roubini e Mihm (2010), para entender e administrar uma crise, se faz necessária uma abordagem mais holística e eclética que a de costume: “é necessário deixar a ideologia fora e examinar as questões de uma perspectiva desapaixonada. As crises vêm em diversas feições, e o que serve para uma situação, pode não servir em outra”.

Roubini e Mihm (2010) afirmam que “quando as crises assumem dimensões globais, como frequentemente se dá com as piores, seu alcance depende do grau de cooperação ou de antagonismo que caracteriza a reação internacional”.

A políticas econômicas durante momentos de crise tem como objetivo controlar os efeitos negativos e retomar a estabilidade econômica, buscando controlar os níveis de preço, o desemprego, a taxa de câmbio, a dívida pública e a produção, isso através de estímulos como o orçamento do governo, o controle sobre a quantidade de moeda e títulos públicos circulando dentro da economia, controle de câmbio e de rendas.

Segundo Bresser-Pereira (1968) a Política Econômica estuda as medidas que o governo deveria tomar com intuito de alcançar o pleno emprego, aumentar o desenvolvimento econômico, criar estabilidade monetária e melhorar a distribuição da renda. “Quando pensada em termos de longo prazo, e acompanhada de um sistema administrativo para executá-la, a Política Econômica transforma-se em Planejamento Econômico” (Bresser-Pereira, 1968, p. 2). Dentro desse contexto podemos apontar quatro principais tipos de políticas econômicas: política fiscal, monetária, cambial e de rendas.

A política fiscal, segundo Vasconcellos (2011), são as ferramentas que o governo usa a partir da arrecadação de tributos (política tributária) e do controle de seus gastos (política de gastos). A política tributária funciona a partir da influência no nível de tributação, além da manipulação da estrutura de alíquotas de impostos para estimular ou inibir os gastos do setor privado.

Se o objetivo da política econômica for o crescimento do emprego ou expansão do PIB, os instrumentos fiscais são o aumento do gasto público, diminuição da carga tributária fomentando o consumo, com intuito de aumentar os gastos coletivos. Essas medidas também são conhecidas como políticas fiscais expansivas.

Já se o objetivo for reduzir a taxa de inflação, a demanda agregada ou mesmo, conter o crescimento do déficit público, as medidas fiscais são normalmente o contrário das descritas anteriormente: diminuição dos gastos públicos e elevação da carga tributária. Isto tende a diminuir o consumo agregado, diminuindo assim os gastos coletivos. Como há uma queda nas despesas e um aumento das receitas públicas, também contribuem para diminuir o déficit público. Essas medidas também são conhecidas como políticas fiscais restritivas.

Estas políticas podem também ser usadas de forma seletiva, mesclando algumas das medidas expansivas com restritivas, como por exemplo para políticas que visem melhorar a distribuição de renda.

Já a política monetária, para Vasconcellos (2011), se refere ao controle do governo sobre a quantidade de moeda e títulos públicos circulando na economia. Seus instrumentos principais são:

- Emissão de moeda;
- Reservas compulsórias (percentual sobre os depósitos que os bancos comerciais devem colocar à disposição do Banco Central);
- Open Market/mercado aberto (compra e venda de títulos públicos);
- Redescontos (empréstimos do Banco Central aos bancos comerciais);
- Regulamentação sobre crédito e taxa de juros.

Assim, para casos como a necessidade de controle de inflação, as medidas apropriadas seriam diminuir o estoque monetário da economia podendo se utilizar do aumento da taxa de juros, aumento das reservas compulsórias ou venda de títulos no open market. Esse tipo de política também é chamado de política monetária contracionista.

E para casos como metas de crescimento econômico, as medidas seriam contrárias às anteriores, reduzindo a taxa de juros e de compulsório e compra de títulos no open market, aumentando a liquidez da economia. Esse tipo de política também é chamado de política monetária expansionista.

Segundo Vasconcellos (2011):

As políticas monetária e fiscal representam meios alternativos diferentes para as mesmas finalidades. A política econômica deve ser executada por meio de uma combinação adequada de instrumentos fiscais e monetários. Pode-se dizer que a política fiscal tem mais eficácia quando o objetivo é uma melhoria na distribuição de renda, tanto na taxação às rendas mais altas como pelo aumento dos gastos do governo com destinação a setores menos favorecidos. A política monetária é mais difusa no tocante à questão distributiva.

Segundo Vasconcellos (2011) a política cambial se refere a atuação das autoridades monetárias sobre a taxa de câmbio, podendo escolher entre fixar a taxa de câmbio ou permitir que seja flexível e determinada pelo mercado de divisas (regime de taxas flutuantes do câmbio).

No regime de taxas fixas o Banco Central fixa antecipadamente a taxa de câmbio de operação do mercado e pelas regras do sistema financeiro internacional, quando um país opta por esse regime, ele se obriga a disponibilizar as reservas cambiais para o mercado quando requisitadas (seja pelos exportadores, turistas ou saídas de capital financeiro).

No regime de taxas flutuantes, o câmbio é determinado pela oferta e demanda de moeda estrangeira (mercado de divisas). Diferentemente do sistema fixo, o Banco Central não é obrigado a disponibilizar suas reservas cambiais.

E por último, as políticas de rendas para Vasconcellos (2011) se refere a intervenção direta do governo na formação de renda. A maioria das ferramentas utilizadas pelas autoridades econômicas para esse tipo de controle estão dentro das outras três políticas explicadas anteriormente como a taxa de juros e a taxa de câmbio. A característica especial desse tipo de política é o congelamento dos preços e os agentes econômicos não podem responder as influências normais do mercado.

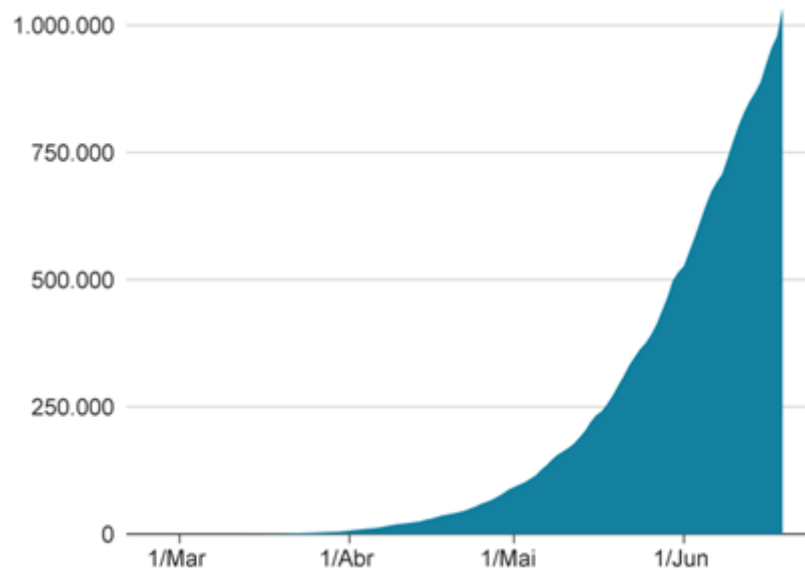
2.4 CRISE DO CORONAVÍRUS

O novo coronavírus foi detectado em 31 de dezembro de 2019 em Wuhan, na China, e no dia 9 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmou a sua circulação. No dia 16 de janeiro ocorreu o primeiro caso fora do território chinês, tendo chegado ao Japão e cinco dias depois o primeiro caso foi confirmado dentro dos Estados Unidos. No dia 30 de janeiro a OMS declarou a situação como sendo o início de uma pandemia. Neste período vários países informaram casos confirmados de infecção dentro de seus territórios.

No Brasil, o primeiro caso foi confirmado em 26 de fevereiro em um homem de 61 anos que acabara de voltar da Itália, e no dia 17 de março é notificada a primeira morte, um homem de 62 anos com histórico de diabetes e hipertensão (SCIELOSP).

No dia 19 de junho, aproximadamente 4 meses após o primeiro registro no país, o Brasil ultrapassou a marca de 1 milhão de casos confirmados. A figura 2 a seguir, publicada pela BBC NEWS Brasil mostra a evolução dos casos confirmados até a primeira metade do mês de junho:

Figura 2 – Evolução de casos confirmados de COVID-19 no Brasil.



Fonte: BBC NEWS Brasil.

Como observado na imagem, os casos tiveram um grande salto, demonstrando o alto grau de transmissão do vírus. Entre fevereiro e setembro de 2020, o Brasil registrou seu pico de novos casos confirmados em um único dia no dia 29 de julho com 69.074 casos, fora os que já haviam sido confirmados e estavam em fase de tratamento.

Em resposta a situação, tanto as autoridades de saúdes nacionais quanto internacionais passaram a recomendar a implementação, de forma imediata, de políticas rigorosas de isolamento social para conter a propagação do vírus, políticas essas que impactariam diretamente a economia (RAMOS, 2020).

Segundo o Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais (DESA) a economia global deve encolher quase 1% em 2020 devido à pandemia do coronavírus. Dentro do cenário econômico, podemos apontar alguns impactos mais fortes causados pela pandemia, como:

- Depressão da atividade econômica, através de reduções tanto na oferta como na distribuição de demanda;
- Queda na produção;
- Redução da atividade econômica;
- Diminuição do consumo e da oferta de trabalho.

Vega (2020) afirma que “a economia terá que responder a novas exigências sociais. Políticas fiscais mais expansivas, maior pressão por redistribuir a riqueza e será preciso projetar divisões de gastos extraordinárias diante de novas epidemias e a crise climática. ”

Segundo Oliveira (2020), levando em consideração as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre os impactos da pandemia para o fim do ano de 2020, pode-se prever é uma retração de -9,1% na economia brasileira e -4,9% na economia global. Já as projeções do Banco Central do Brasil (BCB) são mais otimistas, prevendo uma retração anual de -6,4%, porem mantendo a incerteza em relação aos próximos trimestres.

Ainda Oliveira (2020), usando como exemplo um estudo feito pelo Grupo de Indústria e Competitividade do Instituto de Economia da UFRJ aponta a previsão se utilizando de dados matriz-insumo produto brasileira, entre três cenários para o comportamento do PIB e os componentes da demanda final em 2020, como mostra Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Projeções de retração do PIB brasileiro – 2020.

Cenários	Var. PIB	Consumo das Famílias	Formação Bruta de Capital	Gasto do Governo	Exportações
Otimista	-3,1%	-1,5%	-10,0%	2,5%	-6,6%
Referência	-6,4%	-3,8%	-20,0%	2,5%	-15,7%
Pessimista	-11,0%	-8,3%	-30,0%	2,5%	-20,4%

Fonte: GIC UFRJ.

Segundo o cenário mais pessimista, até o final de 2020, é de se esperar que as exportações brasileiras caiam -20,4%, a formação bruta de capital fixo -30% e o consumo das familiares -8,3%. Também é previsto um aumento de 2,5% nos gastos do governo, pelos gastos adicionais com a saúde pública.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo informar os métodos utilizados dentro do trabalho. A natureza do trabalho se aplica como pesquisa básica com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o assunto e caracteriza-se como pesquisa descritiva, com objetivo de descrever os resultados das políticas de contenção da crise em questão no curto prazo. Utiliza-se da abordagem qualitativa, analisando os dados do cenário, assim como as medidas comparadas com o embasamento teórico que as motivaram. Segundo Gil (2002) as pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” e a abordagem qualitativa apresenta dados numéricos mediante descrições verbais.

Trata-se de uma pesquisa documental recorrendo a tabelas estatísticas e relatórios sobre as políticas e sobre os indicadores agregados. Segundo Fonseca (2002) a pesquisa documental é o tipo de pesquisa que utiliza fontes primários, ou seja, dados que ainda não foram analisados.

Os métodos utilizados são as análises das variações (nominais) dos agregados macroeconômicos buscando os resultados, ou seja, as influências, comparando a literatura e os objetivos do governo em suas tomadas de decisões sobre as políticas públicas.

Primeiro serão analisadas as políticas utilizadas destacando suas intensidades e objetivos. Dentro dessas políticas são enfatizadas as políticas fiscais, monetárias e cambiais. Feito isso a análise passa para o panorama do período onde são analisados alguns indicadores selecionados, que são:

- O Produto Interno Bruto (PIB), incluindo suas óticas pela oferta e demanda;
- A inflação;
- O câmbio;
- A dívida pública.

Na formulação do trabalho foram utilizados dados de artigos diversos assim como dados oficiais de sites como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central (BACEN) e Tribunal de Contas da União (TCU).

4. ANÁLISE DO PERÍODO DE MARÇO A OUTUBRO DE 2020 E SUA RELAÇÃO COM A CRISE

Este capítulo tem como objetivo analisar o período de março a outubro de 2020, comparando com seu ano anterior, afim de apontar as influências causadas pela pandemia e pelas políticas econômicas.

Primeiramente é feita uma revisão sobre as principais políticas econômicas utilizadas no período, apontando as intenções de cada uma delas. Em seguida descreve-se o panorama do período e são demonstrados os agregados macroeconômicos, apontando seus resultados mensais ou trimestrais, relacionando-os com os resultados do mesmo período, no ano anterior.

4.1 AS POLÍTICAS ECONÔMICAS IMPLEMENTADAS DURANTE A CRISE DO CORONAVÍRUS

Esta seção busca exibir quais foram as principais políticas econômicas exercidas durante o período analisando suas expectativas de resultados. Dentre as políticas econômicas serão listadas algumas das políticas fiscais, monetárias e cambiais.

4.1.1 POLÍTICAS FISCAIS

Com intuito de combater os efeitos econômicos e sociais causados pela pandemia, o governo federal adotou uma série de medidas durante o ano de 2020, sendo elas relacionadas a criação de novas despesas e concessão de benefícios tributários, financeiros e de crédito. O entendimento do impacto fiscal dessas medidas é fundamental para a redução dos riscos relacionados à sustentabilidade das finanças brasileiras no médio e longo prazo (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2020).

Até 30 de outubro de 2020, segundo dados do Ministério da Economia, os esforços fiscais em combate aos danos da pandemia já somavam R\$ 615 bilhões, sendo R\$ 587,5 bilhões em novas despesas e R\$ 27,5 bilhões em redução de receitas. Até o dia 22 de maio a soma era do impacto primário era de R\$ 417,7 bilhões e desde então o esforço fiscal foi ampliado em R\$ 197 bilhões. Segundo o secretário especial da Fazenda, essas medidas têm duração limitada ao ano de 2020 para não impactar os orçamentos dos anos seguintes.

Desse total de R\$ 615 bilhões, a maior despesa foi o auxílio financeiro emergencial dirigido aos cidadãos comuns mais afetados, somando R\$ 321,8 bilhões. A segunda maior

despesa foi o Auxílio Financeiro Emergencial Federativo, utilizado para apoiar municípios, Estados e Distrito Federal, somando R\$ 60,2 bilhões. A terceira maior despesa foi com o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, somando R\$ 51,6 bilhões.

Em relação a redução de receita, o maior impacto vem da redução temporária do Imposto sobre Operações Financeiras das operações de crédito, retraindo a arrecadação em R\$ 20,4 bilhões. Seguido da redução de receitas como a desoneração temporária do Imposto sobre Produtos Industrializados e redução temporária de alíquotas de importação provenientes de setores de saúde pública em função do combate a pandemia somando R\$ 4,5 bilhões.

Para uma melhor visibilidade das atividades fiscais, a figura 3 demonstra os valores das despesas e receitas e a destinação subdivida de cada um dos valores desses dois itens em prática até 30 de outubro de 2020, representados em bilhões de reais.

Figura 3 – Impacto das Políticas Fiscais no Resultado Primário de 2020 (valores em bilhões de reais).

Impacto no Resultado Primário de 2020 (I - II)		-615,0
Receitas (I)		-27,5
Redução temp. do IOF crédito - Decreto 10.305, 10.414, 10.504		-20,4
Redução temp. a zero das alíquotas de importação bens de uso médico-hospitalar* - Resolução Camex 17, 22, 28, 31, 32, 33, 44, 51, 67, 75		-3,2
Redução temp. a zero das alíquotas de importação via postal ou aérea - Regime de Tributação Simplificada - Portaria ME 158, 194		-1,3
Desoneração temp. de IPI para bens necessários ao combate ao Covid-19 - Decreto 10.285, 10.302, 10.503		-1,3
Suspensão de Pagamento de Dívidas Previdenciárias - Lei Complementar 173; Portaria RFB 1.072		-0,8
Desoneração temp. de PIS/COFINS (sulfato de zinco para medicamentos) - Decreto 10.318		-0,6
Despesas (II)		587,5
Em Execução Orçamentária		583,3
Auxílio Financeiro Emergencial (R\$ 600,00 por 5m) e Auxílio Residual - MPV 937, 956, 970, 988; Lei 13.982, MP 999, 1000		321,8
Auxílio Financeiro Emergencial Federativo (4 meses) - MPV 978; Lei Complementar 173		60,2
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - MPV 935; Lei 14.020		51,6
Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) - MPV 972, 997; Lei 13.999, 14.042		27,9
Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Fundo Garantidor para Investimentos - FGI) - BNDES - MPV 975, 977		20,0
Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Folha de Pagamentos - PESE Funding União) - MPV 943; Lei 14.043		17,0
Auxílio a Estados e Municípios - Compensação FPE e FPM - MPV 0, 939; Lei 14.041		16,0
Transferências adicionais a Estados, Municípios e Distrito Federal para financiamento das ações de saúde - MPV 969		10,0
Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC) - Maquininhas - MPV 1.002; Lei 14.042		10,0
Auxílio a Estados e Municípios - Transferência ao Fundo Nacional da Saúde - MPV 940		9,0
Crédito Extraordinário Ministérios - MPV 921, 929, 940, 941, 942, 962, 965, 985, 989, 991, 994, 1001, 1007, 1008; Lei 14.033		5,8
Ampliação de recursos para a Saúde e Educação para aquisição de insumos médico-hospitalares - MPV 924		5,1
Transferência Suplementar ao Fundo Nacional da Saúde - MPV 976		4,5
Crédito Ministério da Saúde para ampliar aquisição de testes da Covid-19 - MPV 967		3,6
Apoio Emergencial do Setor Cultural - MPV 990; Lei 14.017		3,0
Ampliação do Programa Bolsa Família - MPV 929		3,0
Transferência ao Fundo Nacional da Saúde - Comprar de EPI e Respiradores - MPV 947		2,6
Suplementação à Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - MPV 953		2,6
Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility - MPV 1.004		2,5
Auxílio Financeiro às Santas Casas e Hospitais sem Fins Lucrativos (complementar SUS) - MPV 967; Lei 13.995		2,0
Auxílio a Estados e Municípios - Transferência Saúde - Emendas Parlamentares; Lei 14.032		2,0
Realocações Covid-19		1,3
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético (Tarifa Social) - MPV 949		0,9
Cidadania - Segurança Alimentar e Nutricional - MPV 957		0,5
Contratação de cerca de cinco mil profissionais de saúde por tempo determinado (MS) - MPV 970		0,3
Sem Dotação Orçamentária		4,2
Expansão FGI; Lei 14.042		4,0
Suspensão das Parcelas de Empréstimos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) - Lei 13.998		0,2
Sem Ato Autorizativo		0,0

Fonte: Ministério da Economia (2020).

Como mostrado na figura acima, do total de R\$ 615 bilhões administrados em forma de esforço fiscal, 95,52% foram em novas despesas, somando R\$ 587,5 bilhões, tendo como principal valor o auxílio emergencial, com R\$ 321,8 bilhões, somando 52,32% de todo o impacto no resultado primário e 54,77% do valor das despesas. Também temos o auxílio

emergencial federativo com R\$ 60,2 bilhões, somando 9,79% do valor total e 10,24% do valor das despesas.

Em relação a redução de receitas, os valores somados foram de R\$ 27,5 bilhões, ou seja, 4,47% do total do impacto no resultado primário. A principal redução dentro desse valor foi a do Imposto de Operações Financeiras (IOF) resultando em R\$ 20,4 bilhões a menos sendo arrecadados pelo governo. Esse valor corresponde a 3,31% do valor total do impacto e 74,18% do total de receitas reduzidas.

Diante desses números podemos listar alguns dos programas mais populares mediados por essas políticas como o auxílio emergencial e os gastos com saúde pública.

No dia 1 de abril de 2020, o Presidente da República sancionou a medida provisória estabelecendo o auxílio emergencial de R\$ 600,00 reais mensais pelo período de cinco meses para trabalhadores informais, microempresários, autônomos e desempregados. Em setembro, após o pagamento das cinco parcelas, o benefício foi atualizado pelo governo federal para mais quatro parcelas de R\$ 300,00. Essa política pode ser considerada tanto como uma política fiscal quanto de rendas e tem como objetivo auxiliar os trabalhadores mais afetados pelas políticas de isolamento, amortecendo a queda da demanda agregada inevitavelmente prevista.

Em questão a queda do valor das parcelas para R\$ 300,00, considerando o cenário em setembro, talvez não fosse a melhor das escolhas. Com a queda de 9,7% do PIB no segundo semestre, taxa de inflação a 2,31%, estando abaixo da meta de 4%, fica claro que a demanda agregada brasileira segue enfraquecida. Salários menores refletem menor consumo e com o consumo menor as empresas acabam por demitir funcionários gerando desemprego. Como um efeito restritivo dentro de uma política fiscal expansiva (GONDIN, 2020).

As intenções do governo com essas medidas, além de auxiliar na manutenção do emprego e da renda daqueles que foram obrigados a interromper suas atividades, e com isso seus rendimentos, também se encontra no objetivo de fomentar a economia, aumentando a demanda agregada, estimulando o consumo e os investimentos, estimular o setor privado na tentativa de reestimular o crescimento do PIB.

No dia 6 de fevereiro de 2020, diante da situação de necessidade, uma parte desses gastos foram destinados a aquisição de materiais e insumos para atendimento aos pacientes com covid-19, foram instituídas normas específicas para realização de licitações e para sua dispensa, por meio da Lei 13.979 (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO).

A dotação atualizada em 28 de agosto de 2020, para aplicação direta pelo Ministério da Saúde (MS) era de R\$ 9 bilhões. Desse valor, foram pagos, até agosto de 2020, 2,5 bilhões, equivalente a 28% da dotação. Também foram disponibilizados recursos para Estados e

municípios por meio de transferências fundo a fundo. A dotação atualizada em 28 de agosto de 2020 era de aproximadamente R\$ 31 bilhões sendo pagos até a mesma data 80% da dotação (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO).

Dentre os principais gastos estão as compras de respiradores necessários para o tratamento de casos mais graves da infecção com o vírus, gastos com infraestrutura para suportar a demanda pelos serviços hospitalares e adaptação aos tratamentos, contratação de cinco mil profissionais da saúde por tempo indeterminado e compra de equipamentos de proteção (EPI).

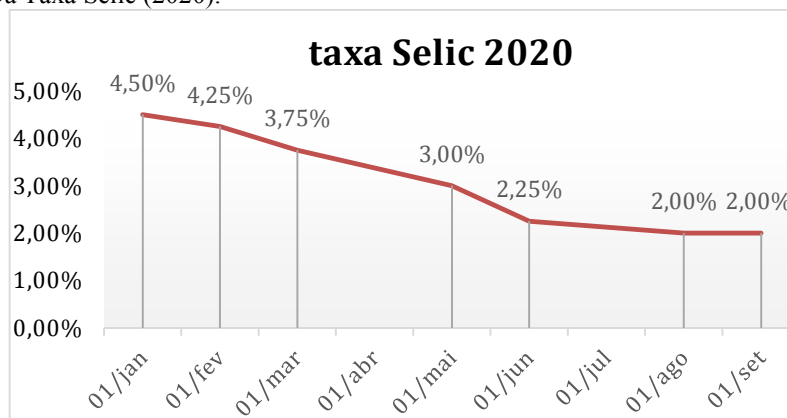
A relação com os gastos com saúde pública também foi marcada pela crise política durante o período envolvendo principalmente o Ministério da Saúde com a demissão de dois ministros, o primeiro saindo após 1 ano e 4 meses de mandato e o segundo um mês após a demissão do primeiro, mantendo o cargo vago até a escolha de um ministro interino.

4.1.2 POLÍTICAS MONETÁRIAS

A partir do início da pandemia as políticas monetárias expansionistas cresceram com intuito de fomentar a economia e contornar seu enfraquecimento causado pela ociosidade, estimulando o consumo e o investimento. Nesta subseção serão apontadas as principais dessas políticas.

Em 17 de junho de 2020, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu reduzir a taxa Selic para 2,25% ao ano. No início do ano a taxa se definia em 4,5% ao ano, já baixa em relação aos anos anteriores e após quatro reduções durante o ano, no dia 5 de agosto o Copom decidiu reduzir novamente, para 2% ao ano. Sendo o menor nível da história desde o início de sua série histórica em 1996. No gráfico 1, podemos analisar sua trajetória do início do ano.

Gráfico 1 – Evolução Da Taxa Selic (2020).



Fonte: Elaborado pelo autor com base no COPOM (2020).

O gráfico acima representa a evolução da Selic pelas decisões das reuniões do COPOM, onde após iniciar o ano em 4,50% a.a., na reunião do dia 5 de fevereiro anunciou a Selic a 4,25% a.a. Na reunião do dia 18 de março foi reduzida novamente a 3,75% a.a e, após isso, na reunião do dia 17 de maio, mais uma redução para 3,00% a.a. Na reunião do dia 17 de junho o anúncio de 2,25% a.a. e, por último, na reunião do dia 5 de agosto a redução para 2,00% a.a., mantendo a mesma taxa na reunião posterior, no dia 16 de setembro.

Esse tipo de política monetária expansionista tem como finalidade estimular o consumo da população e investimentos produtivos das empresas com o crédito mais barato, entretanto, não resolve a questão do dinheiro, necessitando aliar outras políticas expansionistas com intuito de aumentar o nível de renda para que a questão do consumo seja bem atendida (GONDIN, 2020).

O Banco Central apresentou diversas medidas no sentido de dar liquidez ao sistema financeiro nacional e ajustar o nível de capitalização com o objetivo de combater a pandemia. O objetivo é que os bancos tenham recursos prontamente disponíveis em volume suficiente para emprestar e refinanciar dívidas das pessoas e empresas mais afetadas pela crise. Ao todo, as medidas anunciadas têm o potencial de ampliar a liquidez do sistema financeiro em R\$ 1.274,0 bilhões. Como mostrado na figura 4.

Figura 4 – Medidas de Liberação de Liquidez.

Liberação de liquidez	
Compulsório + Liquidez de curto-prazo (LCR)	R\$ 135 bi
Liberação adicional de compulsório	R\$ 70 bi
Flexibilização da LCA	R\$ 2,2 bi
Empréstimo com lastro em LF garantidas	R\$ 670 bi
Compromissadas com títulos soberanos brasileiros	R\$ 50 bi
Novo DPGE	R\$ 200 bi
Empréstimo com lastro em debêntures	R\$ 91 bi
Alteração no cumprimento do compulsório de poupança	R\$ 55,8 bi
Total	R\$ 1274,0 bi

Fonte: Banco Central do Brasil (2020).

A liberação demonstrada na figura em relação a queda do depósito compulsório é de fator importante para a liberação de liquidez, mantendo o dinheiro nos bancos para poder ser introduzido com mais facilidade dentro da economia, tornando o crédito mais barato visando ter impacto positivo no consumo e no investimento.

Essas medidas têm objetivo de facilitar o acesso imediato a recursos as famílias e empresas necessitadas, visando assim o reestabelecimento do crescimento econômico no país. O valor total dessas medidas equivale a 17,5% do Produto Interno Bruto.

O Banco Central também adotou medidas para fornecer melhores condições e dar mais confiança as instituições financeiras para que as mesmas forneçam mais crédito em potencial de ampliar a oferta de crédito em R\$1.348,2 bilhões. Como mostrado na figura 5.

Figura 5 – Medidas de Liberação de Capital.

Liberação de Capital	
<i>Overhedge</i>	R\$ 520 bi
Redução do ACP	R\$ 637 bi
Redução de capital para operações de crédito a PMEs	R\$ 35 bi
Redução de capital das IFs de menor porte	R\$ 16,5 bi
Redução de capital nas exposições de DPGE	R\$ 12,7 bi
Capital de Giro para Preservação de Empresas	R\$ 127 bi
Total	R\$ 1348,2 bi

Fonte: Banco Central do Brasil (2020).

Essas medidas têm objetivo de facilitar a liberação de crédito para as famílias e empresas, por meio das instituições financeiras. Mesmo com o cenário de incerteza que o período apresenta, auxiliando também no reestabelecimento do crescimento econômico. O valor total das medidas equivale a 18,4% do Produto Interno Bruto. O efeito imediato tende a ocorrer sobre a demanda agregada, mais precisamente sobre consumo das famílias. Por conseguinte, deve refletir-se no Investimento Produtivo, o que pode gerar um efeito mais sustentado em termos de recuperação da economia (via crescimento real da produção).

4.1.3 POLÍTICAS CAMBIAIS

O país já sofria com grande desvalorização de sua moeda antes do início da pandemia e se agravou durante o processo, tomando um rumo quase que incontrolável. O real em relação ao dólar americano após o início de 2019 teve seu pico mínimo no primeiro dia de fevereiro do mesmo ano onde um dólar equivalia a R\$ 3,66, após essa data ele variou apenas acima desse valor. Já em 2020, após o início da pandemia, mais precisamente no dia 13 de maio, o dólar teve seu pico máximo onde atingiu R\$ 5,90. Nesta subseção serão apontadas as principais políticas cambiais postas em prática para frear essa desvalorização. Importante ressaltar que

atualmente o Banco Central opta pelo regime de câmbio flutuante, ou seja, a taxa de câmbio varia livremente no mercado de moedas internacional.

O Banco Central tem atuado no mercado de câmbio empregando um seguro oferecido pelo estoque de reservas cambiais equivalentes a 20% do PIB. Além disso foi utilizada uma linha de swap de liquidez em dólares americanos no montante de US\$ 60 bilhões estabelecida em cooperação com o Sistema de Reservas Federal dos Estados Unidos (FED) que ampliou a oferta potencial de dólares no mercado doméstico. O Banco Central também atuou anunciando ao longo do ano alguns leilões de linha injetando dólares na economia, para aliviar a pressão pela sua procura.

Essas medidas tomo como base o objetivo de diminuir o desequilíbrio cambial que o país se encontra. Isto é, buscam conter a desvalorização cambial que se agravou com o cenário de incerteza mundial causado pela crise do coronavírus.

4.2 PANORAMA MACROECONÔMICO ANTES E DURANTE A CRISE

Segundo dados do Ministério da Economia e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o PIB nominal e PIB real tiveram queda, respectivamente, de -1,41% e -4,70% em relação ao ano anterior.

Se considerarmos o PIB pela ótica da oferta, a produção industrial recuou -1,4% e de serviços -1,6%, já o setor agropecuário apresentou crescimento de 0,6% em relação aos dados do ano anterior. Já pela ótica da demanda o consumo das famílias teve a maior queda desde 2001 com -2,0% no primeiro trimestre de 2020. Já a formação bruta de capital fixo cresceu 3,1% no mesmo período, porém deve se considerar a baixa base de comparação dos últimos três meses de 2019. Os gastos do governo cresceram uma taxa modesta de 0,2%, considerando os custos da pandemia (UNICAMP, 2020).

Se comparados os índices de atividade econômica na ótica da oferta do primeiro trimestre de 2019 com o primeiro trimestre de 2020 veremos que o setor mais afetado foi o industrial com uma queda de -10,9%, seguido do de serviços com -8,3% e por último o comércio com -7,4%. Em relação ao emprego, os dados mostram que em maio de 2020 a taxa de desocupação estava em 10,5% e pode-se observar um crescimento até julho ao atingir seu ponto máximo de 13,7%. Estima-se que 18,5 milhões de pessoas não procuram emprego por conta da pandemia ou por falta de trabalho nas localidades onde vivem e 43% dos domicílios brasileiros recebem auxílio emergencial. O setor externo também foi consideravelmente afetado, as exportações caíram -7,7% e as importações -5,21% no primeiro semestre de 2020 (UNICAMP).

4.2.1 PRODUTO INTERNO BRUTO

O Produto Interno Bruto pode ser considerado se não o principal, um dos principais indicadores utilizados dentro do estudo macroeconômico, sendo utilizado como variável de cálculo para outros indicadores ou referencial de análise. É um vasto indicador de crescimento econômico quando analisado junto aos demais indicadores. No início na análise do panorama, o item será o primeiro a ser abordado.

Em 2020 esse indicador foi claramente afetado durante o início da pandemia, dadas as circunstâncias de isolamento que obrigaram a interrupção de produção e serviços. Porém, com o afrouxamento das medidas e o retorno das atividades interrompidas, podemos observar uma retomada no ritmo que havia sido impactado. A tabela 2 demonstra os resultados mensais junto a taxa de variação aos meses de 2019.

Tabela 2 - PIB nominal e comparação mensal entre 2019 e 2020 (valores em milhões de reais).

PIB TOTAL	2019	2020	%
Janeiro	578.538,50	607.898,30	5,07
Fevereiro	567.998,40	595.527,40	4,84
Março	579.143,70	599.995,20	3,60
Abril	592.915,90	526.932,80	-11,13
Maio	604.607,00	542.428,10	-10,28
Junho	598.283,00	583.590,20	-2,45
Julho	627.049,70	625.581,60	-0,23
Agosto	616.143,20	623.122,10	1,13
Setembro	599.506,60	615.653,70	2,69
Outubro	628.567,90	-	-
Novembro	624.635,50	-	-
Dezembro	639.536,20	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Central do Brasil (2020).

Como podemos observar na tabela 2 onde são comparados os meses de 2020 com os de 2019 demonstrando a variação percentual nominal de cada um deles, percebe-se que de janeiro a março, período que a pandemia ainda não exercia grande influência no país, obtivemos aumento em todo o trimestre. Porém, houve uma diminuição gradual ao longo dos comparativos dos meses. Do valor de janeiro de 2019 para o de janeiro de 2020 a produção aumentou 5,07%,

do valor de fevereiro de 2019 para o de fevereiro de 2020 a produção aumentou 4,84%, do valor de março de 2019 para o de março de 2020 a produção aumentou 3,6%.

De abril até julho, já sentindo as influências da pandemia e das políticas de combate ao vírus, a situação foi o contrário da anterior, isto é, a produção diminuiu em comparação aos mesmos meses do ano anterior, porém, com um aumento gradual ao longo dos comparativos dos meses. O valor do PIB nominal de abril de 2019 diminuiu 11,13% para o valor de abril de 2020, o valor de maio de 2019 diminuiu 10,28% para o valor de maio de 2020, o valor de junho de 2019 diminuiu 2,45% para o valor de junho de 2020 e o valor de julho de 2019 para o valor de julho de 2020 diminuiu 0,23%.

A partir de agosto os comparativos voltam a ser positivos e aumentando gradualmente, o valor de agosto de 2019 para o de agosto de 2020 aumentou 1,13% e o valor de setembro de 2019 para o de setembro de 2020 aumentou 2,69%. Dentre as explicações para isto, ressalta-se três fatos. Primeiro, o retorno das atividades (industriais, comerciais e outras) após o período de paralização. Segundo, o conjunto das políticas expansivas utilizadas pelo governo, que ampliaram principalmente a demanda (especialmente o consumo). Isto se refletiu positivamente na economia interna. Um terceiro fator diz respeito ao mercado externo. Assim como no Brasil, pacotes de estímulos econômicos foram utilizados na maioria dos países. Isto elevou a demanda mundial, sendo um impulso ao setor exportador brasileiro. Aliado a isto está o processo de desvalorização cambial, que estimulou as exportações. Todos estes fatores contribuíram para a recuperação da atividade nestes meses.

4.2.1.1 UM OLHAR PARA O PIB SOB A ÓTICA DA OFERTA

Quando se olha para a ótica da “oferta” do PIB, olha-se para 4 grandes agregados: a indústria, os serviços, a agropecuária e ainda, os impostos. Neste caso, pode-se observar uma queda no segundo trimestre de 2020 em comparativo ao segundo trimestre de 2019 em praticamente todos os setores, incluindo a arrecadação de impostos. Apenas o setor agropecuário praticamente não sentiu a influência das políticas de combate a pandemia e teve aumento em ambos os trimestres.

Após a arrecadação de impostos, o setor que mais sentiu ser afetado pela pandemia foi o da indústria, seguido do de serviços. Todos os três tiveram aumento no primeiro trimestre e queda no segundo trimestre quando comparados aos mesmos períodos do ano anterior.

A tabela a seguir mostra os valores correntes de cada setor nos trimestres de 2019 e 2020 e suas variações comparativas:

Tabela 3 - PIB pela ótica da oferta em valores correntes (valores em milhões de reais).

PIB ÓTICA OFERTA		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
INDUSTRIA	2019	294741	322471	351717	331673
	2020	305450	287544	-	-
%	-	3,63	-10,83	-	-
SERVIÇOS	2019	1087324	1128303	1151597	1222993
	2020	1113292	1064582	-	-
%	-	2,39	-5,64	-	-
AGROPECUARIA	2019	92218	90078	79682	59979
	2020	119691	125417	-	-
%	-	29,79	39,23	-	-
IMPOSTOS	2019	251397	254954	259703	278095
	2020	264988	175408	-	-
%	-	5,40	-31,20	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2020).

Como pode-se observar na tabela 3, a variação da indústria no primeiro trimestre de 2020 foi de um aumento de 3,36% em relação ao primeiro trimestre de 2019, diferente do segundo trimestre que tivemos uma queda de -10,83% em relação ao ano anterior. Esta relação também pode ser observada no setor de serviços, onde a variação no primeiro trimestre de 2020 foi de 2,39% em relação ao primeiro trimestre de 2019, já no segundo trimestre tivemos uma diminuição de 5,64% nos valores correntes em relação ao segundo trimestre de 2019. Dentre as explicações, está a própria retração do mercado interno, principalmente na quarentena.

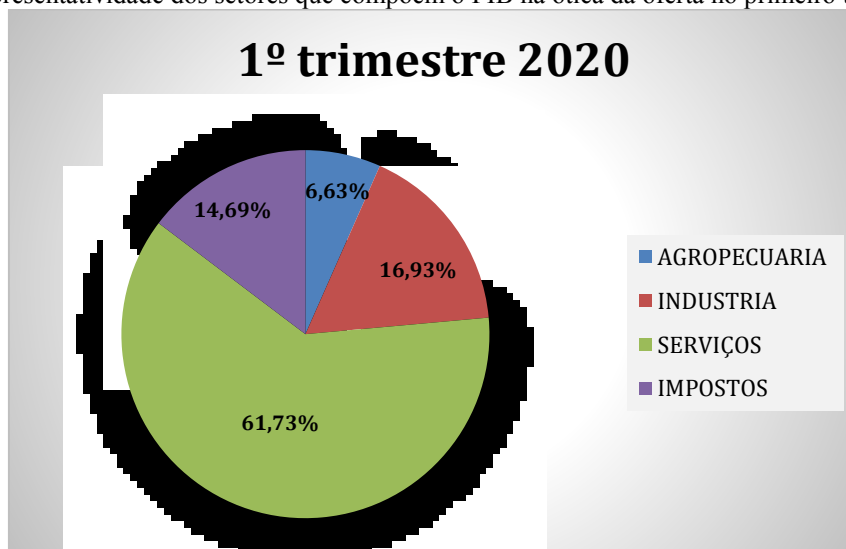
Durante o período de isolamento, apenas serviços e comércios essenciais mantiveram suas atividades, e boa parte desses dois setores é classificada como não-essencial, junto ao fato de ambos os setores dependerem quase inteiramente de interações entre pessoas (funcionários, clientes, sócios, etc.) o que gera proximidade física facilitando a transmissão do vírus, fica claro os motivos dessa retração. O que também explica um pouco da disparidade do setor agrícola, que é classificado como essencial.

Na arrecadação de impostos ocorreu a mesma relação de aumento no primeiro trimestre e queda no segundo, porém com uma queda mais enfática que a dos setores anteriores, com um aumento de 5,40% no primeiro trimestre de 2020 em relação ao primeiro de 2019 e uma queda 31,2% no segundo trimestre em relação ao primeiro trimestre do ano anterior. Dentre os fatores explicativos, é possível citar a própria retração da economia, cujo PIB encolheu neste período. Outro fator pode ser encontrado nas medidas de política fiscal expansiva representadas pela redução da arrecadação, citadas nas seções anteriores deste trabalho.

No setor agropecuário a situação foi diferente, contabilizando um aumento produtivo considerável em ambos os trimestres, no primeiro trimestre de 2020 a variação foi positiva de 29,79% no primeiro trimestre de 2020 em comparação ao primeiro trimestre de 2019 e 39,23% do primeiro trimestre de 2019 para o primeiro de 2020. Uma das possíveis explicações se encontra no fato de que parte importante deste setor é voltado para a exportação. Neste caso, acabou se beneficiando da desvalorização cambial e da demanda mundial pelas *commodities*.

Em relação a representatividade dos setores da oferta em relação ao valor total nos trimestres, podemos observar que no primeiro trimestre de 2020 a participação da indústria na soma do PIB era de 16,93%, enquanto o setor de serviços correspondia a 61,73% do valor, o setor agropecuário 6,63% e os impostos 14,69%, como demonstrado no gráfico 2, a seguir.

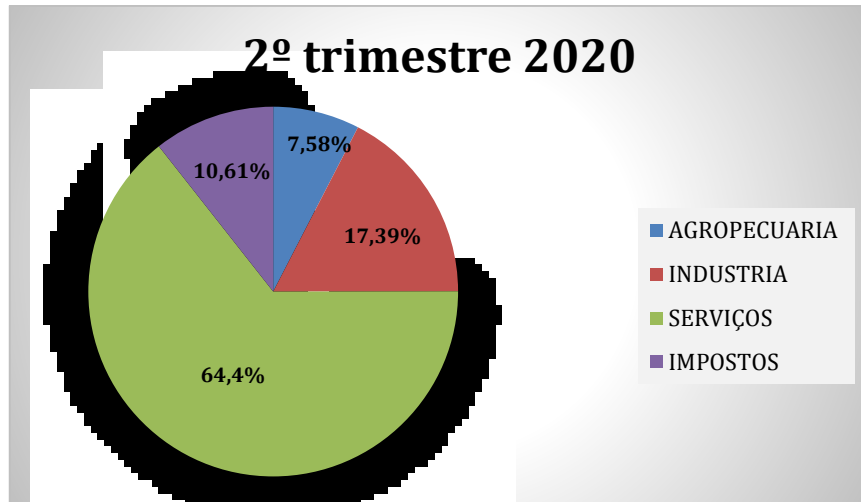
Gráfico 2 - Representatividade dos setores que compõem o PIB na ótica da oferta no primeiro trimestre de 2020.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2020).

Já no segundo trimestre, a indústria aumentou sua participação para 17,39%, juntamente com o setor de serviços que subiu para 64,4% do valor total do PIB, o setor agropecuário teve participação de 7,58% e os impostos somaram apenas 10,61%, conforme o gráfico 3 a seguir. Podendo-se notar além de uma variação considerável nos níveis de representatividade um claro efeito de política fiscal na redução da arrecadação de impostos.

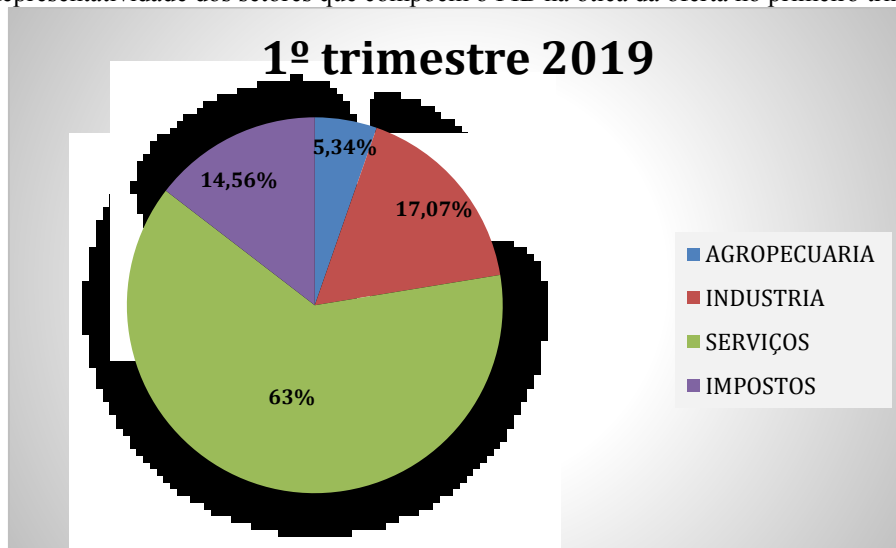
Gráfico 3 - Representatividade dos setores que compõem o PIB na ótica da oferta no segundo trimestre de 2020.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2020).

Enquanto no primeiro trimestre de 2019 a representatividade desses dados foram: a indústria colaborou com o PIB em 17,8%, o setor agropecuário 5,34%, o setor de serviços 63,01% e os impostos 14,57%. Conforme o gráfico 4 a seguir.

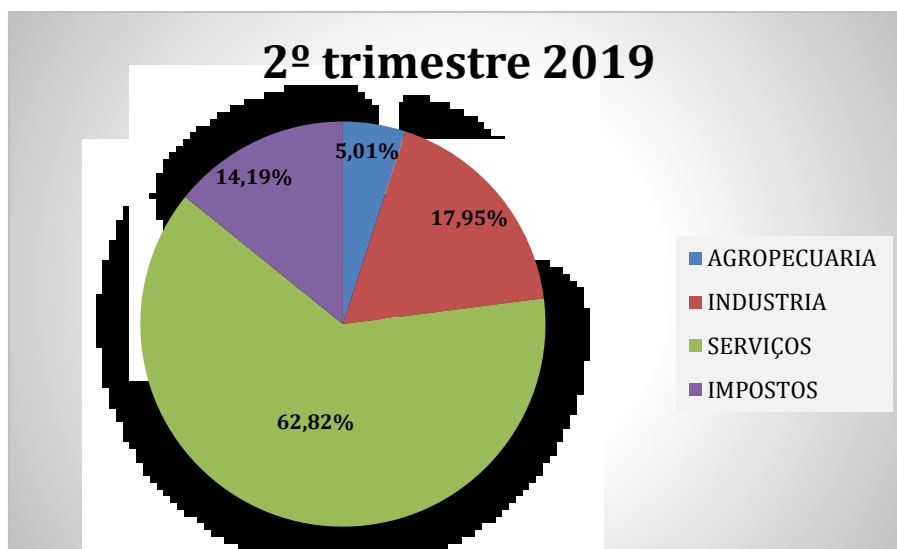
Gráfico 4 - Representatividade dos setores que compõem o PIB na ótica da oferta no primeiro trimestre de 2019.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2020).

E no segundo trimestre de 2019 foram: indústria com 17,96 %, setor agropecuário com 5,02%, setor de serviços com 62,83% e os impostos com 14,2% como podemos visualizar no gráfico 5.

Gráfico 5 - Representatividade dos setores que compõem o PIB na ótica da oferta no segundo trimestre de 2019.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2020).

Dados os gráficos, ficam claras as variações da abrangência entre os setores diante ao PIB total caracterizadas principalmente pela interrupção parcial de atividades específicas aplicadas dentro alguns desses setores.

Cabe agora uma análise dos subsetores de cada um dos grandes agregados que compõe o PIB pela ótica da oferta, mais especificamente, os subgrupos do setor industrial e do setor de serviços. A ideia é fazer a mesma comparação que antes, isto é, da variação percentual entre os dois primeiros trimestres de 2019 com os dois primeiros de 2020.

Com relação aos subsetores da indústria, estão subdivididos em 4 grupos: as indústrias extrativas, as indústrias de transformação, o setor de eletricidade, gás, água, esgoto e gestão de resíduos, e por fim, o setor de construção, conforme a tabela 4.

Tabela 4 - Subsetores do setor industrial (valores em milhões de reais).

Subsetores	Anos	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Indústrias extrativas	2019	37.980	44.266	55.745	49.128
	2020	46.570	39.277	-	-
	%	-	22,61	-11,27	-
Indústrias de transformação	2019	153.977	173.406	183.775	173.879
	2020	155.338	151.527	-	-
	%	-	0,88	-12,61	-
Eletricidade e gás, água, esgoto, ativ. de gestão de resíduos	2019	48.418	47.483	50.995	51.145
	2020	50.276	46.700	-	-
	%	-	3,83	-1,65	-
Construção	2019	54.366	57.316	61.203	57.521
	2020	53.266	50.040	-	-
	%	-	-2,02	-12,69	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2020).

Em relação aos subsetores da indústria, pode-se observar um aumento no primeiro trimestre e uma queda no segundo trimestre de quase todos os subsetores em comparação ao primeiro e segundo trimestres de 2019, salvo a área de construção que teve queda em ambos os trimestres, como era de se esperar seguindo os dados da indústria na tabela 3.

O subsetor de indústrias extrativas teve um aumento de 22,61% no primeiro trimestre de 2020 em comparação ao primeiro trimestre de 2019, e uma queda de -11,27% no segundo. As indústrias de transformação também tiveram em aumento no primeiro trimestre em comparação ao primeiro de 2019, com 0,88% e queda no segundo, com -12,61%. A área de eletricidade, gás, água, saneamento e gestão de resíduos teve uma variação de 3,83% entre o primeiro trimestre de 2020 e o mesmo trimestre do ano anterior, e de -1,65% no segundo trimestre em relação ao segundo trimestre do ano anterior. Já o subsetor de construção teve baixa em ambas as variações, com -2,02% no primeiro trimestre e -12,69% no segundo.

Como podemos analisar, o setor mais afetado no período de início da pandemia foi o de construção, seguido das indústrias de transformação e das indústrias extrativas. Por último, o menos afetado foi o subsetor de energia, gás, água, esgoto e gestão de resíduos.

Assim como a indústria, também são analisados os subsetores do setor de serviços, demonstrando os valores correntes e as variações entre os primeiros trimestres de 2020 em relação aos primeiros trimestres de 2019. Estão subdivididos em sete grupos, sendo eles: o comércio, o transporte, armazenagem e correio, os serviços de informação e comunicação, as atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, as atividades imobiliárias, as outras atividades de serviços, e a administração, defesa, saúde, educação pública e seguridade social. Tais dados podem ser observados na tabela 5, a seguir.

Tabela 5 - Subsetores do setor de serviços (valores em milhões de reais).

Subsetores	Anos	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Comércio	2019	199.432	209.245	220.270	222.221
	2020	207.623	189.469	-	-
	%	-	4,10	-9,45	-
Transporte, armazenagem e correio	2019	63.592	65.614	70.432	68.219
	2020	63.304	57.629	-	-
	%	-	-0,45	-12,17	-
Informação e comunicação	2019	49.914	51.280	53.267	57.860
	2020	50.485	51.732	-	-
	%	-	1,14	0,88	-
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2019	104.554	103.674	108.261	109.579
	2020	105.763	96.072	-	-
	%	-	1,15	-7,33	-

Atividades imobiliárias	2019	150.309	153.460	155.927	157.432
	2020	159.141	161.449	-	-
%	-	5,87	5,20	-	-
Outras atividades de serviços	2019	258.209	270.218	277.017	291.722
	2020	257.692	224.529	-	-
%	-	-0,20	-16,91	-	-
Adm., defesa, saúde e educação públicas e seguridade social	2019	261.314	274.813	266.422	315.961
	2020	269.284	283.701	-	-
%	-	3,05	3,23	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2020).

Como podemos observar na tabela, o subsetor de outras atividades de serviços (que não estão descritas nos outros grupos) foi o mais afetado durante o período da pandemia no Brasil, com uma queda no segundo trimestre de 2020 em comparação ao segundo trimestre de 2019 de -16,91%. No primeiro trimestre sua variação também teve queda em relação ao primeiro trimestre de 2019 de -0,20%. O segundo mais afetado foi o subsetor de transportes, armazenagem e correio, com uma variação de -12,17% no segundo trimestre de 2020 em comparação ao segundo trimestre de 2019. No primeiro trimestre de 2020 a variação a partir do primeiro trimestre de 2019 foi de -0,45%.

O terceiro mais afetado foi o comércio, que teve queda de -9,45% no segundo trimestre de 2020 em relação ao segundo trimestre de 2019. No primeiro trimestre sua variação foi de um aumento de 4,10% em relação ao primeiro trimestre do ano anterior. O último mais afetado foi o subsetor de atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, com uma queda de -7,33% no segundo trimestre de 2020 comparado ao segundo trimestre de 2019. No primeiro trimestre de 2020 a variação foi de 1,15% em relação ao mesmo período no ano de 2019.

Os outros subsetores não necessariamente não foram afetados pela pandemia, mas obtiveram aumento produtivo nas comparações de ambos os primeiros trimestres de 2020 com os de 2019. As atividades imobiliárias cresceram 5,20% no segundo trimestre em reação ao segundo trimestre de 2019 e 5,87% no primeiro trimestre. O grupo que inclui a administração, defesa, saúde, educação pública e seguridade social teve variação de 3,23% no segundo trimestre de 2020 comparado ao segundo trimestre de 2019 e 3,05% no primeiro. E, por fim, temos o subsetor de informação e comunicação, com um aumento de 0,88% no segundo trimestre de 2020 comparado ao segundo trimestre de 2019 e de 1,14 % no primeiro trimestre de 2020 em comparação ao primeiro trimestre de 2019.

4.2.1.2 UM OLHAR PARA O PIB SOB A ÓTICA DA DEMANDA

Além da ótica da oferta, cabe analisar as variações no PIB segundo a ótica da demanda. Isto é, a partir do conjunto dos consumidores da produção realizada: o consumo das famílias (C), o investimento das empresas (formação bruta de capital fixo e variação de estoque - I), o gasto do governo (G) e o saldo dos agregados ligados ao setor externo, isto é Exportações (X) e Importações (M)

Analisando a ótica da demanda podemos observar uma considerável queda no consumo das famílias e na formação bruta de capital fixo no segundo trimestre de 2020, quando comparado ao mesmo trimestre de 2019, porém, as variações dos indicadores mantiveram positivos nas comparações dos outros setores entre ambos os trimestres, incluindo exportações e importações.

Podemos ver na tabela abaixo os valores correntes dos trimestres de 2020 e 2019, destacando as variações entre eles:

Tabela 6 - PIB pela ótica da demanda em valores correntes (valores em milhões de reais).

PIB ÓTICA DEMANDA	Anos	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º Trimestre
CONSUMO DA FAMÍLIAS	2019	1.131.694	1.153.132	1.188.423	1.239.127
	2020	1.162.204	1.002.720	-	-
	%	-	2,69	-13,04	-
CONSUMO DO GOVERNO	2019	332.726	360.898	354.891	423.377
	2020	343.521	370.173	-	-
	%	-	3,24	2,57	-
FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	2019	259.038	275.238	299.569	280.576
	2020	285.059	247.452	-	-
	%	-	10,04	-10,09	-
EXPORTAÇÃO	2019	232.818	263.380	272.964	270.205
	2020	265.798	324.329	-	-
	%	-	14,16	23,14	-
IMPORTAÇÃO	2019	239.888	253.994	292.990	276.573
	2020	280.847	264.291	-	-
	%	-	17,07	4,05	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2020).

Como se pode observar na tabela 6, o consumo das famílias teve uma variação positiva de 2,69% no primeiro trimestre de 2020 em relação ao primeiro trimestre de 2019 e negativa de -13,04% na mesma comparação do segundo trimestre. Já no consumo do governo, houve também uma variação positiva no primeiro trimestre de 3,24% em relação ao ano anterior e de 2,57% no segundo trimestre. Já a formação bruta de capital fixo, na variação do primeiro

trimestre de 2020 tivemos 10,04% em relação ao primeiro trimestre de 2019, e no segundo trimestre, uma queda de -10,09% em relação ao segundo trimestre de 2019.

Diante desses dados pode-se dizer que o maior impacto na queda do PIB se deve a grande redução no consumo das famílias e na formação bruta de capital fixo, que levando em conta o primeiro trimestre de 2020, representaram 81,5% do PIB. As quedas desses dois indicadores se devem principalmente a queda de rendimento causada pela paralização do período.

Vale dizer que grande parte das políticas macroeconômicas implementadas (fiscais e monetárias) tiveram como objetivo estimular estes dois importantes componentes da demanda agregada (vide representatividade que tem na composição do PIB). No caso do consumo das famílias, pelo efeito positivo que exerce sobre a demanda agregada no curto prazo, tendo em vista o efeito multiplicador na economia. E, no caso da formação bruta de capital fixo (Investimento produtivo = I), pelo efeito tanto no curto quanto no longo prazo. No primeiro caso, o estímulo à demanda agregada, via efeito multiplicador. No longo prazo, por representar um estímulo a oferta agregada, à medida que amplia o nível da oferta agregada (via elevação dos investimentos produtivos) (FROYEN, 2013; LOPES e VASCONCELLOS, 2008).

Importante ainda destacar que, por não haverem dados disponíveis para o terceiro trimestre, a análise dos efeitos das políticas citadas fica prejudicado, pois, como se sabe, o mecanismo de transmissão dos estímulos expansivos nos agregados não é imediato. Isto, é preciso que se leve em conta um maior período de tempo (um mês, um trimestre e assim por diante).

Em relação as exportações, o primeiro trimestre de 2020 foi 14,16% maior que o de 2019, e o segundo trimestre de 2020 também cresceu, sendo 23,14% maior que o mesmo período do ano anterior. As importações obtiveram uma variação de 17,07% no primeiro trimestre de 2020 em relação ao primeiro trimestre de 2019, e 4,05% no segundo trimestre de 2020 em relação ao segundo trimestre de 2019.

Como pode-se observar, o setor de exportações prosperou durante o período, isso por conta do fato de ser beneficiado pela desvalorização cambial e pela retomada das atividades econômicas das principais economias do mundo.

Em relação a representatividade de cada setor ao acumulado total, observamos que no primeiro trimestre de 2020, o consumo das famílias foi de 65,45%, o consumo do governo foi de 19,34%, a formação bruta de capital fixo foi de 16,05% e o saldo das exportações e importações resultou em déficit, ou seja, recuou o valor total em -0,84%.

Já no segundo trimestre, o consumo das famílias somou 59,67% do valor total, o consumo do governo 22,03%, a formação bruta de capital fixo 14,72% e o saldo das exportações e importações resultou em superávit, ou seja, somou ao valor total 3,57%.

Em 2019, perante o valor total do primeiro trimestre, os gastos das famílias somaram 65,93%, o consumo do governo 19,38%, a formação bruta de capital fixo 15,09% e o saldo das exportações e importações -0,41%. E no segundo trimestre de 2019. O consumo das famílias representou 64,11% do valor total, o consumo do governo 20,06%, a formação bruta de capital fixo 15,30% e o saldo das exportações e importações obteve um superávit de 0,52%.

Podemos observar através da análise do PIB e suas óticas da oferta e demanda, sinais de influência tanto das políticas implementadas quanto da pandemia dentro dos indicadores apresentados, sendo o segundo trimestre o período com maior taxa dos efeitos negativos da pandemia e a partir daí a reação econômica dada pelas políticas e pela volta as atividades passa a ser perceptível.

Dentre os efeitos negativos podemos apontar a queda de rendimento de vários setores e subsetores que agregam ao PIB e dos efeitos positivos, o aquecimento praticamente imediato na retomada após o fim do isolamento, trazendo um ritmo mais acelerado para o crescimento do PIB nominal.

4.2.2 INFLAÇÃO

Nesta seção será abordada a questão da inflação medida através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) onde são expostas as variações de preços dos produtos e serviços distribuídos a população seguindo o peso dos mesmos no orçamento das famílias.

O IPCA mediu em todo o período de 2019 uma inflação acumulada de 4,31%, já em 2020 a inflação acumulada até outubro foi de 2,2%. Mas vale pontuar que em até outubro de 2019 o valor acumulado era de 2,6%, somando um percentual de 1,66% no período ainda não ocorrido em 2020 que é equivalente a praticamente 40% do acumulado total no ano de 2019.

Até a metade do ano de 2020 a inflação foi marcada por taxas baixas nos indicadores, incluindo quedas significativas nos meses de abril e maio. Porém, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) após o terceiro trimestre pode-se observar uma aceleração nos preços dos alimentos. De agosto de 2019 a agosto de 2020, os preços dos alimentos no domicílio, medidos pelo IPCA, variaram 11,4%, influenciando 70% de toda a variação registrada por esse índice no período que foi de 2,4%.

O aumento da demanda externa por alimentos causada principalmente pela forte desvalorização cambial no ano, que aumentou a rentabilidade das exportações, também influenciou na variação dos preços internos como, por exemplo, o caso do arroz que se tornou popular gerando desconforto nas famílias pelo seu grande aumento de preços no mercado interno (IPEA). A tabela 7 demonstra a inflação mensal nos períodos de 2019 e 2020.

Tabela 7 - Índice de inflação mensal de 2019 a 2020.

INFLAÇÃO	2019 (%)	2020 (%)
Janeiro	0,32	0,21
Fevereiro	0,43	0,25
Março	0,75	0,07
Abril	0,57	-0,31
Maio	0,13	-0,38
Junho	0,01	0,26
Julho	0,19	0,36
Agosto	0,11	0,24
Setembro	-0,04	0,64
Outubro	0,1	0,86
Novembro	0,51	-
Dezembro	1,15	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Central do Brasil (2020).

Como demonstra a tabela, nos três primeiros meses de 2020 a inflação se manteve positiva, tendo janeiro com 0,21% e fevereiro com 0,25%, porém, em patamares menores que dos mesmos meses de 2019. Isso explica a condução de uma política monetária expansiva (mesmo antes da crise), com a seguida queda na Taxa Selic.

A partir de março passou a ser negativa nos dois meses seguintes, abril e maio, que foram os três meses que marcaram o início das influências da pandemia no Brasil. Em março a taxa foi de 0,07%, em abril foi de -0,31% e em maio foi de -0,38%. Neste caso, a queda na demanda agregada, especialmente no consumo (como evidenciado anteriormente) contribuiu com este cenário.

A partir de junho a inflação voltou a ser positiva, que demonstra o reaquecimento da economia. A taxa de junho foi de 0,26%, a de julho foi de 0,36%, em agosto ocorreu um leve queda para 0,24% antecedendo um novo aumento para 0,64% em setembro e 0,86% em outubro. Neste caso, as políticas expansivas (tanto monetárias quanto fiscais) ajudam a entender este fenômeno, justamente por estimularem o consumo. Outro fator que explica a elevação na inflação é o câmbio desvalorizado. Por um lado, eleva o custo dos produtos importados,

principalmente matéria prima (e este processo acaba sendo transferido ao preço final das mercadorias). Por outro lado, o câmbio desvalorizado estimulou as exportações, tendo como reflexo o desabastecimento interno. Muitas mercadorias passaram a ser exportadas, causando uma certa “escassez” no mercado interno, pressionando os preços para cima.

Esta seção busca também investigar a inflação de forma mais detalhada, analisando os grupos que compõem os levantamentos inflacionários. A tabela 8 demonstra as variações mensais nos valores dos grupos que compõem o IPCA de 2019 e 2020, assim como os valores acumulados até outubro de ambos os anos. Sendo os grupos: alimentação e bebidas, habitação, artigos de residência, vestuário, transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação e comunicação.

Tabela 8 – Variação mensal e acumulados da inflação por grupos de 2019 e 2020 (Valores em %).

MÊS	ANO	Alim. e Beb.	Hab.	Art. de Res.	Vest.	Transp.	Saúde e Cuid. Pess.	Desp. Pess.	Educ.	Comu.
Jan.	2019	0,90	0,24	0,32	-1,15	0,02	0,26	0,61	0,12	0,04
	2020	0,39	0,55	-0,07	-0,48	0,32	-0,32	0,35	0,16	0,12
Fev.	2019	0,78	0,38	0,20	-0,33	-0,34	0,49	0,18	3,53	0,00
	2020	0,11	-0,39	-0,08	-0,73	-0,23	0,73	0,31	3,70	0,21
Mar	2019	1,37	0,25	0,27	0,45	1,44	0,42	0,16	0,32	-0,22
	2020	1,13	0,13	-0,18	0,21	-0,90	0,21	-0,23	0,59	0,04
Abr.	2019	0,63	0,24	-0,24	0,18	0,94	1,51	0,17	0,09	0,03
	2020	1,79	-0,10	-1,37	0,10	-2,66	-0,22	-0,14	0,00	-0,20
Mai	2019	-0,56	0,98	-0,10	0,34	0,07	0,59	0,16	-0,04	-0,03
	2020	0,24	-0,25	0,58	-0,58	-1,90	-0,10	-0,04	0,02	0,24
Jun	2019	-0,25	0,07	0,02	0,30	-0,31	0,64	0,15	0,01	-0,02
	2020	0,38	0,04	1,30	-0,46	0,31	0,35	-0,05	0,05	0,75
Jul.	2019	0,01	1,20	0,29	-0,52	-0,17	-0,20	0,44	0,04	0,57
	2020	0,01	0,80	0,90	-0,52	0,78	0,44	-0,11	-0,12	0,51
Ago.	2019	-0,35	1,19	0,56	0,23	-0,39	-0,03	0,31	0,16	0,09
	2020	0,78	0,36	0,56	-0,78	0,82	0,50	-0,01	-3,47	0,67
Set.	2019	-0,43	0,02	-0,76	0,27	0,00	0,58	0,04	0,04	-0,01
	2020	2,28	0,37	1,00	0,37	0,70	-0,64	0,09	-0,09	0,15
Out.	2019	0,05	-0,61	-0,09	0,63	0,45	0,40	0,20	0,03	-0,01
	2020	1,93	0,36	1,53	1,11	1,19	0,28	0,19	-0,04	0,21
Acum. até Out.	2019	2,15	4,02	0,48	0,39	1,70	4,75	2,46	4,46	0,42
	2020	9,37	1,86	3,28	-1,77	-1,63	1,23	0,36	0,66	2,72

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2020).

Analisando a tabela 8 é possível observar o aumento na instabilidade nos indicadores causados pela pandemia, ou seja, após março de 2020. Além disso pode-se apontar que os itens com maiores aumentos nos índices de preço até outubro de 2020 foram os de alimentação e

bebidas, com um aumento acumulado de 9,37%. Até outubro de 2019, esse grupo havia acumulado apenas 2,15% de aumento, evidenciando a grande diferença entre os anos. Os meses com maior elevação desse grupo em 2020 foram setembro, com 2,28%, outubro com 1,93% e abril com 1,79%. É possível relacionar esse aumento com a elevação do preço do dólar em relação ao real. No caso de março e abril, pode-se citar ainda o “efeito pânico” de parte da população que, preocupada com uma infundada possibilidade de falta de produtos e fechamento dos pontos de venda, passou a comprar mais mercadorias básicas para manter em estoque em suas residências.

Após o grupo anterior, os grupos que mais tiveram aumento foram os de artigos de residência e o de comunicação, acumulando até outubro respectivamente 3,28% e 2,72%. O primeiro tendo seu maior aumento em outubro com 1,53% e o segundo em junho com 0,75%. Ambos seguidos por habitação com 1,86%, saúde e cuidados pessoais com 1,23%, educação com 0,66%, despesas pessoais com 0,36% e também transportes e vestuários, ambos com acumulados negativos, respectivamente -1,63% e -1,77%.

4.2.3 CÂMBIO

Com a moeda nacional já vindo de um histórico de perda de valor, a pandemia chegou ao país e piorou ainda mais a situação. De janeiro de 2019 até julho do mesmo ano a média do dólar americano variou custando entre R\$ 3,72 e R\$ 4,00. Já de agosto de 2019 a janeiro de 2020 variou entre R\$ 4,01 e R\$ 4,15, em fevereiro essa média subiu para R\$ 4,34 e a partir de março até outubro a média mínima foi de R\$ 5,19.

A tabela a seguir demonstra a taxa de câmbio mensal e a sua variação entre os meses de 2019 comparados aos de 2020:

Tabela 9 - Taxa de câmbio mensal (real em relação ao dólar).

CÂMBIO	2019	2020	%
Janeiro	3,7411	4,1489	10,90
Fevereiro	3,723	4,3404	16,58
Março	3,8459	4,8832	26,97
Abril	3,8956	5,325	36,69
Mai	4,0009	5,6429	41,04
Junho	3,8582	5,196	34,67
Julho	3,7787	5,2796	39,72
Agosto	4,0194	5,4606	35,85
Setembro	4,1209	5,3989	31,01
Outubro	4,0864	5,6252	37,65

Novembro	4,1547	-	-
Dezembro	4,1089	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Ipeadata (2020).

Como mostrado na tabela 9, o mês de 2020 que teve maior variação comparado ao mesmo mês de 2019 foi o de maio com 41,04%, mês em que o dólar atingiu seu pico máximo chegando a valer R\$ 5,90 e média de R\$ 5,64 com as variações totais no mês. A segunda maior variação foi em junho com 39,72% e média mensal de R\$ 5,27. A terceira maior variação foi em outubro com 37,65% e média do mês de R\$ 5,62.

A quarta maior variação foi em abril com 36,69% e média de R\$ 5,32. A quinta foi em agosto com 35,85% e média de R\$ 5,46, seguido de junho com 34,67% e média de R\$ 5,19. Setembro teve 31,01% de variação entre 2019 para 2020 e média do mês de R\$ 5,39. Em março a variação foi de 26,97% em comparação ao mesmo período no ano anterior e média mensal de R\$ 4,88. Fevereiro teve variação de 16,58% entre as taxas do mesmo mês nos dois anos e média mensal de R\$ 4,34. E por último, em janeiro de 2020 a taxa foi 10,90% maior que a taxa de janeiro de 2019, sua taxa mensal foi de R\$ 4,14.

Um dos principais fatores dessa elevação no valor do dólar após o início do período de pandemia se refere a alta demanda do dólar, já que a moeda é considerada mais segura pelos investidores em momentos de crise. Porém, boa parte dos fatores que influenciaram nessa variação não possuem relação ao COVID-19, dentre esses fatores podemos incluir as baixas nas taxas de juros que influenciam na fuga de capital dos investidores no país, as tensões comerciais entre as duas maiores economias do mundo, Estados Unidos e China e a proximidade das eleições para presidência dos Estados Unidos. A pandemia apenas agravou o que já vinha acontecendo.

Esse agravamento causou a necessidade do Banco Central de reforçar as políticas cambiais para contenção que em prática, conseguiram frear a crescente dos valores, como pode ser observado na tabela 7, a partir de junho. A desvalorização teve queda, voltando a subir logo depois, mas de forma mais lenta.

A desvalorização traz efeitos negativos, porém, também positivos dentro da economia, além de afetar as importações, encarecendo os produtos importados e que utilizam matéria prima importada, causa uma preferência pelos produtores a exportar seus produtos, diminuindo a oferta interna e aumentando seus valores no mercado interno. Por outro lado, também causa uma preferência no mercado interno pelos produtos nacionais voltados ao mercado nacional com a menor concorrência dos produtos importados, além da atratividade do mercado externo em produtos internos, pelos valores mais baixos.

4.2.4 DÍVIDA PÚBLICA

Em relação a dívida pública, diante da ligação com as políticas fiscais expansivas e expressivas criadas durante o período, também cresceu expressivamente, totalizando um valor de R\$ 4,43 trilhões em setembro de 2020, um valor 13,42% maior que o de setembro de 2019.

Além do crescimento em questão do seu valor líquido, também houve crescimento da dívida pública em relação ao PIB, chegando a 61,43% também em setembro. Situação motivada tanto pelo crescimento dos gastos quanto a queda visualizada anteriormente no PIB.

A tabela 10 apresenta os valores totais da dívida líquida do setor público consolidado, junto as suas variações dos comparativos dos valores mensais de 2020 e 2019 e as porcentagens em relação ao PIB acumulado.

Tabela 10 - Valor mensal da dívida pública líquida: valores totais e relação ao PIB (valores em milhões de reais) - 2020

MESES	2019		2020		VARIAÇÃO DOS VALORES TOTAIS (%)
	VALOR TOTAL	EM RELAÇÃO AO PIB (%)	VALOR TOTAL	EM RELAÇÃO AO PIB (%)	
Janeiro	3.733.471,76	54,04	3.949.023,95	54,2	5,77
Fevereiro	3.752.832,97	54,05	3.923.142,28	53,64	4,53
Março	3.755.155,04	53,98	3.797.395,57	51,77	1,12
Abril	3.769.698,56	53,98	3.845.300,44	52,91	2,00
Maior	3.811.585,12	54,17	3.983.438,99	55,28	4,50
Junho	3.859.838,72	54,76	4.176.167,86	58,07	8,19
Julho	3.913.722,79	55,23	4.322.531,54	60,12	10,44
Agosto	3.861.651,68	54,3	4.367.482,20	60,67	13,09
Setembro	3.907.735,44	54,62	4.432.443,19	61,43	13,42
Outubro	3.961.846,89	55,1	-	-	-
Novembro	3.954.511,42	54,77	-	-	-
Dezembro	4.041.768,78	55,7	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Central do Brasil (2020).

Como demonstra a tabela, de janeiro a março a dívida vinha de uma redução gradual, tanto em valores totais, quanto em variação a aos mesmos meses de 2019 e em relação ao PIB. Em janeiro o valor foi 5,77% maior do que janeiro de 2019 e correspondia a 54,2% do valor do PIB. Fevereiro e março tiveram em questões de variação aos mesmos meses do ano anterior, respectivamente 4,53% e 1,12% de aumento, e correspondiam 53,64% e 51,77% do valor do PIB.

A partir de abril, com a pandemia já instalada e as políticas expansivas sendo executadas, os valores e a relação com o PIB passaram a ter um aumento gradual. Abril e maio

tiveram respectivamente, aumentos de 2% e 4,5% em relação a abril e maio de 2019 e correspondiam a 52,91% e 55,28% do valor do PIB.

Esse aumento se manteve durante todo o período, e em setembro a dívida já somava um total de R\$ 4,43 trilhões, valor R\$ 635 bilhões maior que o de março, mês que apresentou a menor nível da dívida do ano e que representa o início da pandemia no Brasil. O valor de setembro representa também uma variação de 13,42% em relação a setembro de 2019 e correspondia a 61,43% do PIB.

Dentre os fatores para este aumento estão o conjunto das políticas expansivas que ocorreram durante o período, criando gastos necessários para fomentar a economia e tentar, se não reestabelecer seu equilíbrio, frear seu enfraquecimento. Porém o aumento da dívida sobre o PIB desencadeia a perda de capacidade sobre o pagamento da mesma, comprometendo uma parte maior do PIB sobre essas dívidas, o que também pode ser negativo para a economia, considerada a situação do período. Outros fatores ainda poderiam ser destacados com relação a elevação da dívida, como a retração da economia.

4.3 RESUMO DA INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS ECONÔMICA NOS AGREGADOS

Tendo em vista o panorama e as medidas apresentados nas seções anteriores, essa seção busca resumir e analisar as influências que as medidas tiveram nos agregados macroeconômicos comparando ambas as pesquisas.

As políticas econômicas fiscais e monetárias foram enfaticamente expansionistas, visando principalmente a fomentação da economia, aumentando os gastos do governo, auxiliando na renda das famílias, facilitando o crédito e aumentando a liquidez com objetivo de estimular o consumo e os investimentos, fazendo a economia voltar a ter seu sistema de circulação habitual e de forma o máximo saudável possível.

Em relação ao PIB, podemos observar que após a volta das atividades econômicas interrompidas pelo isolamento, a economia se mostrou bem “aquecida”, tendo valores positivos e crescentes, inclusive nas variações comparativas a 2019. Esse efeito, podemos associar a essas políticas expansivas do governo citadas no parágrafo anterior, garantindo o aumento do consumo das famílias e dos investimentos que somam esse agregado da produção.

Em relação a inflação, também podemos ver um aumento de forma expressiva após a retomada das atividades, o que indica o reestabelecimento do crescimento econômico. O aumento desse indicador também pode ser creditado ao conjunto de políticas expansivas do governo, tendo em vista que o aumento da inflação pode ser associado ao aumento do consumo,

e ambos estando associados a queda na taxa Selic e aumento do nível de moeda na economia. Mas há também outro fator que pode ter pesado a esse aumento nos níveis de preço, que é a desvalorização cambial, aumentando o valor das importações e estimulando a exportação de produtos, reduzindo a oferta desses produtos no mercado interno.

Prosseguindo em relação ao câmbio, o máximo que as políticas cambiais conseguiram, foi garantir uma desaceleração na desvalorização do real em questão do dólar, levando em consideração que o problema não foi causado pela pandemia, mas sim, agravado por ela. Com a análise dos valores pode-se observar que mesmo após as implementações das medidas, os valores continuaram variando em taxas mensais acima de R\$ 5,19.

Já considerando dívida pública, tendo como base a sua relação com as políticas fiscais que conceituam justamente os gastos do governo e que acabaram sendo utilizadas em peso durante o período, teve um aumento considerável. Porém, se levarmos em consideração que as políticas fiscais, ou seja, esses gastos têm objetivo de aquecer a economia incentivando o aumento do PIB, também podem ser considerados uma espécie de investimento considerando que os resultados dessa dívida vão servir para pagar ela mesma.

5. CONCLUSÃO

O objetivo geral do trabalho foi analisar os efeitos das políticas macroeconômicas utilizadas pelo governo brasileiro entre março e outubro de 2020, período em que marcou o início da crise da COVID - 19. Nesse sentido foram analisadas tanto as medidas (fiscais, monetárias e cambiais) quanto o panorama econômico (incluindo 2019 e 2020), no intuito de observar como os indicadores se comportaram entre os anos referidos, principalmente diante dos efeitos da pandemia e das medidas econômicas implementadas.

O desenvolvimento do estudo possibilitou uma análise de como as políticas econômicas influenciaram o panorama macroeconômico após as medidas de isolamento social terem interrompido boa parte das atividades econômicas. Análise possibilitada pela pesquisa sobre quais as políticas foram efetivadas durante o período e pelo levantamento de dados sobre uma parte selecionada dos indicadores agregados que implementam o panorama do período.

Ao analisar os valores, verificou-se o impacto que a interrupção das atividades causou no sistema das contas nacionais, ficando evidente o recuo em boa parte de todos os setores que compõem o PIB (tanto pela ótica da demanda quanto da oferta). Evidentemente, o que se viu foi uma acentuada redução da atividade econômica. Importante destacar ainda a queda no nível geral de preços, a desvalorização do câmbio e a elevação da dívida pública.

Após observar o panorama do período e apontar as políticas exercidas, foi feita a associação entre os temas para observar as possíveis influências das políticas nos agregados, e concluiu-se que no curto-prazo a maioria das políticas foi bem-sucedida, tendo resultado imediato após a retomada das atividades econômicas. Concluiu-se também que algumas políticas tiveram maior sucesso no curto-prazo do que outras. No caso das políticas cambiais, pode-se observar o sucesso em frear a desvalorização do câmbio mas, mesmo assim, a moeda continuou tendo poder de compra consideravelmente baixo em relação a moeda base que é o dólar.

O trabalho encontrou algumas limitações, como o fato de ainda não haverem dados levantados sobre o terceiro trimestre de 2020, portanto, a análise se limitou até o segundo trimestre de 2020, prejudicando a análise dos resultados das políticas expansivas na economia e limitando-as apenas aos resultados imediatos. Para aprofundar melhor as análises de como essas políticas impactaram os agregados, faz-se necessário um período maior para observação. Por isso, recomenda-se mais pesquisas sobre o tema, para maiores e mais detalhadas noções sobre esse fenômeno que influencia diretamente a economia e a vida em sociedade.

O presente trabalho foi de suma importância para a agregação de conhecimento sobre o tema, além de trazer uma visão sobre o nível de capacidade do governo em atuar sobre situações como a que se sucedeu e sobre o atual cenário econômico vivenciado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ivan. **Dívida Pública Federal: saiba o que é e como ela é formada?** 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/divida-pública-federal/>>. Acesso em: 30 Oct. 2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Evolução Recente do Crédito no SFN Liberação de liquidez Liberação de Capital.** bcb.gov.br. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/covid19_docs/Evolucao_Recente_do_Credito.pdf>.
- BBCNEWS. **7 gráficos que mostram o avanço acelerado do coronavírus no Brasil e na América Latina - BBC News Brasil.** BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53155754>>. Acesso em: 25 Nov. 2020.
- CARVALHO, Talita. **O QUE É CRISE ECONOMICA?** 2018. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/crise-economica-o-que-e/>> Acesso em 29 jun. 2020.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO. **Pandemia, economia e o Auxílio Emergencial - Diário do Comércio.** Diário do Comércio. Disponível em: <<https://diariodocomercio.com.br/opiniaopandemia-economia-e-o-auxilio-emergencial/>>. Acesso em: 11 Nov. 2020.
- FONSECA, João Jose Saraiva de. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FROYEN, Richard T. **Macroeconomia: teorias e aplicações.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças públicas.** 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001. 475 p.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994. 207 p.
- HERBELHA, Denis. **Macroeconomia.** 2012. Disponível em: <<https://economiafenix.wordpress.com/tag/mercado-de-bens-e-servicos/>> Acesso em 29 jun. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Inflação | IBGE.** Ibge.gov.br. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>>. Acesso em: 30 Oct. 2020.
- LANA, Raquel Martins; COELHO, Flávio Codeço; GOMES, Marcelo Ferreira da Costa; *et al.* **Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva.** *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 3, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csp/2020.v36n3/e00019620/pt>>. Acesso em: 25 Nov. 2020.
- LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Orgs.). **Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Paulo Ricardo S. **Coronavírus (COVID-19)**. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/covid-19/impactos-da-pandemia-de-covid-19-sobre-a-economia-brasileira/>>. Acesso em: 31 out. 2020.

RAMOS, Guilherme; VIEITES, Yan; JACOB, Jorge; *et al.* **Orientação política e apoio ao isolamento social durante a pandemia da COVID-19: evidências do Brasil**. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, p. 697–713, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000400697&tlng=pt>. Acesso em: 30 Nov. 2020.

REIS, Tiago. **Keynesianismo: descubra o que é essa concepção da macroeconomia**. 2018. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/keynesianismo/>> acesso em 26 jun. 2020.

REIS, TIAGO. **Macroeconomia: o que é e qual sua influência nos investimentos?** 2018. DISPONÍVEL EM: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/macroeconomia/>> acesso em 28 jun. 2020.

REIS, Tiago. **PIB: o que é o Produto Interno Bruto e como ele é calculado?** 2017. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/pib-produto-interno-bruto/>> acesso em 30 out. 2020.

RIANI, Flávio. *Economia do setor público: uma abordagem introdutória*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

ROUBINI, Nouriel; MIHM, Stephen. **A economia das crises**. Rio de Janeiro. Editora Intrínseca Ltda. 2010.

SIMONSEN, Mario Henrique. CYSNE, Rubens Penha. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro. Editora Atlas S.A. 2009.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **"Doutrina Keynesiana"**; *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/doutrina-keynesiana.htm>> Acesso em 27 jun. 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório de Fiscalizações em Políticas e Programas de Governo (RePP) | Portal TCU**. Tcu.gov.br. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/relatorio-de-politicas-e-programas-de-governo-repp.htm>>. Acesso em: 18 Nov. 2020.

VEGA, Miguel Ángel García. **Como será a economia a economia após o coronavírus**. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2020-04-13/como-sera-a-economia-apos-o-coronavirus.html>> Acesso em 01 jul. 2020.